
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LUCAS DE OLIVEIRA VESTRI PEDROSO

**O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LDB
9394/96: UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO
DEMOCRÁTICA**



Rio Claro
2018

LUCAS DE OLIVEIRA VESTRI PEDROSO

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LDB 9394/96: UM ESTUDO
DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Orientadora: Professora Doutora Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro
2018

P372p Pedroso, Lucas de Oliveira Vestri
 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LDB 9394/96
 : UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA
 / Lucas de Oliveira Vestri Pedroso. -- Rio Claro, 2018
 62 p. : il., tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Participação democrática. 2. Direito à democracia. 3.
Lei de diretrizes e bases educacionais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de apontar quem foram os atores da democracia e suas participações perante o trâmite no congresso nacional da lei de diretrizes e bases da educação Brasileira (1988-1996). Foi analisado o processo da lei com documentos oriundos do congresso nacional. Foram utilizadas todas as correspondências vinculadas ao processo. Foram identificadas categorias como o tipo de documento, data, localidade, entidades/cidadão e informação básica contida na correspondência. Através dessas categorias foi feita uma análise da participação da sociedade civil, dos desdobramentos da prática democrática no processo de elaboração da lei. Os resultados evidenciam dois temas principais nas demandas, o ensino de educação artística e o ensino religioso, ambos com milhares assinaturas em abaixo-assinados. A participação da sociedade civil foi fundamental na elaboração do projeto de lei, concretizando o direito à democracia.

Palavras-Chaves: Participação democrática, direito à democracia, Lei de diretrizes e bases educacionais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.2. Objetivos.....	8
1.3. Objetivo Especifico.....	8
1.4. Metodologia.....	9
2. PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA	10
3. L.D.B. E SEU DESENVOLVIMENTO	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 Tipos de documentos.....	25
4.2 Localidade das correspondências.....	26
4.3 Temas das manifestações.....	30
4.4 Instituições e cidadãos.....	32
4.5 Abaixo assinado.....	37
5. CONCLUSÃO	39
6. REFERÊNCIAS	41
7. ANEXOS	42
7.1 Anexo A - Proteste contra o desaparecimento da arte nas escolas	42
7.2 Anexo B - Requerimento de abaixo assinado	43
7.3 Anexo C - Requerimento da emenda 520	44
7.4 Anexo D - Manifestações enviadas ao Congresso nacional sobre a L.D.B. (1989-1996)	45

1. INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa é sobre participação democrática. Através do contato do processo da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) foi possível fazer um trabalho sobre a participação democrática da sociedade durante o processo da lei. Levando em consideração as variadas manifestações enviadas ao congresso nacional durante os anos de 1989 á 1996.

A educação como direito social foi concebido historicamente através de um conceito de valores. Inicialmente os filósofos desenvolveram teorias sobre os direitos naturais do homem, como principal delas o jus naturalismo moderno, como afirma Bobbio (2004). Posteriormente houve a inserção dessas teorias em declarações oficiais de Estados, como na Revolução Americana e Francesa. Finalizou-se com a Declaração Universal dos Direito do Homem (1948), com ela

Tem inicio uma terceira e última fase, na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado. (BOBBIO, 2004, p.49 – 50)

O direito ao voto universal continua sendo uma luta em alguns países. A possibilidade de participação na política ainda é restritiva em algumas nações. A educação como um direito social

...está em contínuo movimento: assim como as demandas de proteção social nasceram com a revolução industrial, é provável que o rápido desenvolvimento técnico e econômico traga consigo novas demandas, que hoje não somos capazes nem de prever. (BOBBIO, 2004, p 53)

Na história da educação Brasileira nunca houve o direito à educação universal concretizado. Segundo Saviani (2001) o tema L.D.B. aparece pela primeira vez na constituição de 1934; a primeira a trazer como competência privativa da união em “traçar as diretrizes da educação nacional”. Percebe-se que a palavra “bases” não está presente, mas a ideia de organizar um sistema de ensino nacional. A lei é uma forma de garantir o direito à educação, principalmente em um país ligado à forte desigualdade social.

Após a queda do Estado novo o país passa por um período de democratização, estabelecendo uma nova constituinte em 1946. Nela se encontra pela primeira vez as palavras “diretrizes e bases”. Através de um dispositivo presente na constituição o então ministro da educação cria uma comissão para iniciar os trabalhos de estudos de uma L.D.B. Assim em 29/10/1948 é enviada ao congresso nacional uma proposta do governo. Depois de 13 anos de trâmite no congresso nacional é sancionada em 20/12/1961. Infelizmente nossa primeira diretriz nacional de educação não chegou perto de se concretizar, visto que em 1964 houve uma mudança de regime político instaurada pelo golpe militar. No regime militar houve vários decretos- lei que alteraram a L.D.B., como a lei 5.540/68 e 5.692/71 que tratavam respectivamente do Ensino Superior e Ensino Médio, Segundo Saviani (2001).

A atual L.D.B. – 9394/96 inicia sua discussão nos anos 80, década conhecida economicamente como “perdida”, ela

...pode assim ser caracterizada em termos de ampliação da crise econômica e do agravamento dos problemas sociais. A perda do dinamismo, aliada a instabilidade econômica, tem início com a forte recessão de 1981-84. A economia apresenta taxas ascendentes no período de 1985-86, voltando a diminuir seu ritmo de crescimento no final do período. O agravamento da situação social brasileira se expressa no aumento da desigualdade na distribuição de renda e diminuição no ritmo da oferta de empregos, além da crise do setor público, de modo particular, no que se refere aos serviços de proteção social, provocada por uma década de estagnação e de grandes surtos inflacionários. (OLIVEIRA, 1997 p. 52-53)

Devido a esse fator econômico e político, a década de 1980 é marcada no Brasil pela luta dos movimentos sociais e sindicais. No plano do direito a moradia temos a criação do MST (Movimento dos Sem Terra); no direito trabalhista temos a criação de sindicatos nacionais, como é o caso da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e no plano da educação temos como pauta a L.D.B.

Antes da década de 80, em 1978 são criadas associações de educadores que buscam uma alternativa à política educacional imposta pelo regime militar, como ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação), a CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) e em 1979 a criação da ANDE (Associação Nacional de Educação). Essas entidades foram de extrema importância no final da década pois são elas que fomentam o debate acerca de uma nova L.D.B., segundo Oliveira, 1997 e Saviani, 2001.

O movimento era intenso em prol de uma discussão democrática para a L.D.B., antes mesmo dos parlamentares ou o poder executivo enviassem um projeto de lei,

...a IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia em agosto de 1986, teve como tema central “A educação e a constituinte”. E na assembléia de encerramento dessa Conferência foi aprovada a “Carta de Goiânia” contendo as propostas dos educadores para o capítulo da Constituição referido á educação. (SAVIANI, 2001, p.35)

A partir das mobilizações das entidades preocupadas com o tema da educação, inicia a construção do projeto original da L.D.B. Através de um artigo publicado na Revista ANDE numero 13, em julho de 1988, do autor Saviani, começa a surgir mobilizações para discussões, exemplo é o tema da V Conferência Brasileira de Educação, no início de agosto do mesmo ano, que foi: “a lei de diretrizes e bases da educação nacional” segundo afirma Saviani (2001).

Em 05/10/1988 foi promulgada a nova Constituição Federal e o Deputado Octávio Elísio (do Partido Social Democrata Brasileiro) protocola em dezembro o projeto de lei que recebe o código 1.258-A/88 e duros oito anos de tramitação. A proposta original teve apenas uma ampliação de título, dos recursos para a educação que foi de sete para 19 artigos, o resto do documento estava nos moldes do artigo publicado pelo autor, segundo Saviani (2001).

Já em 1990 temos um novo presidente da república Fernando Collor de Melo (1990-1992). Durante esse período como chefe do executivo, seu governo ficou marcado por usar demais as medidas provisórias, que seriam apenas em caso de urgência, como afirma Oliveira (1997). A L.D.B. foi deixada de lado nesse período, pois o congresso priorizou discussões com maiores urgências, uma vez que as medidas provisórias deveriam ser votadas em até 30 dias. Apesar desse detalhe o projeto, depois de quatro anos, chega para apreciação do plenário em junho de 1992.

Foram apresentados 1622 destaques nas emendas e subemendas do projeto, sendo 1287 feitas por um único deputado, justamente o líder do governo na câmara. Devido a isso o projeto nunca é votado em nenhuma das comissões, mostrando uma interferência do executivo, segundo Oliveira (1997). Depois da saída do governo, o projeto volta às discussões. Mas com as pressões populares e internas para votação do projeto de lei, há uma excessiva aceleração do projeto, talvez sem a devida consulta popular, visto que é um projeto para um dos maiores bens de uma sociedade, a educação.

Somente com a nova constituição em 1988 que nossos direitos sociais, como a educação começam a ter seu dado valor, não só pelo Estado, mas pela sociedade civil, que

organizada em instituições pôde discutir abertamente o tema da L.D.B., junto a congressos e fóruns pelo Brasil, convocando intelectuais e cidadãos.

Por fim, o direito a educação e a democracia se consolidam dia a dia, com um árduo trabalho de educadores, desde o ensino infantil até a pós graduação. As instituições educacionais têm um papel fundamental na introdução e consolidação desses direitos. O Estado deve efetivar esses direitos sociais, através de infra estrutura, condições de trabalho dignas e valorização do profissional da educação, independente da sua categoria.

A democracia Brasileira é nova, comparada a outros países que possuem uma identidade democrática. O país viveu durante 21 anos (1964-1985) um período ditatorial onde a comunidade educacional sofreu com imposições de decretos-leis, fechamento de escolas e perseguição política, vide os exilados políticos. Nesses anos a prática democrática é confundida com baderna, o direito da liberdade de expressão é tratado com opressão.

O presente trabalho se propôs a identificar e analisar, em um processo de construção da L.D.B de 1996, como ocorreu a participação da sociedade civil na luta pelo direito à educação. Quais foram às demandas centrais? Quem foram os principais demandantes?

Será que o fato de não termos uma prática democrática prejudicou na elaboração da L.D.B.? O legislativo usou a lei para trazer a sociedade civil na discussão, buscando nela a prática democrática. Esses atores da democracia registraram na história sua contribuição para a elaboração da lei, mas como foi essa prática democrática? Com qual interesse foi sua prática democrática? O presente trabalho aborda a problemática dos atores da democracia perante o projeto de lei das diretrizes e bases da educação Brasileira.

Os projetos nacionais de educação historicamente sempre vieram de cima para baixo, nunca uma proposta ouvida, discutida ou sendo oriunda da sociedade civil chegou a ser pauta do legislativo. A nova LDB, aprovada em 1996 foi o oposto,

...é preciso mencionar que um número incontável de sugestões dos mais diferentes tipos e oriundas das mais diversas fontes e dos mais distintos locais também foi levado á consideração do relator. Em verdade, como testemunho o próprio relator, teve início em março de 1989“o que talvez tenha sido o mais democrático e aberto método de elaboração de uma lei de que se tem notícia no Congresso Nacional”. (SAVIANI, 2001, p.57)

Já no primeiro semestre de 1989 foram ouvidas em audiências públicas cerca de 40 entidades e instituições. E no segundo semestre do mesmo ano foram promovidos seminários temáticos com especialistas convidados para discutir os pontos polêmicos do substitutivo que o relator vinha construindo. (SAVIANI, 2001 p.58)

Com o projeto em discussão nas comissões da câmara dos deputados, como citado acima, há uma enorme demanda da sociedade civil para dar sua opinião para os congressistas.

O presente trabalho se justifica no tema da participação democrática. Nosso regime político é novo, são necessárias pesquisas sociais a fim de contribuir para o avanço no tema. O trabalho irá contribuir para a história da educação Brasileira ao examinar o processo de construção coletiva democrática, perante a construção do projeto de lei educacional que o país vivenciou.

1.2 Objetivos

O trabalho tem como objetivo identificar os atores e as demandas constantes no processo da construção da L.D.B., na câmara dos deputados e no senado (1988 – 1996) bem como estabelecer uma análise entre a prática democrática e o direito a educação.

1.3 Objetivos específicos

O presente trabalho tem os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os participantes do projeto da LDB e suas contribuições até o final do processo.
- Identificar os locais de onde vieram as manifestações democráticas.
- Identificar os tipos de documentos que chegaram ao Congresso.
- Identificar o participante.
- Identificar e analisar as demandas apresentadas ao Congresso por meio das correspondências.

1.4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, usando como base a metodologia de análise documental e de conteúdo.

Através de contato virtual com o Congresso nacional, foram adquiridos os documentos pertinentes aos processos da LDB (1988-1996). O contato foi pelo site da câmara dos deputados, que deu o retorno e o envio dos documentos em dois dias. São seis arquivos com cerca de 1.000 páginas cada, constando todo o processo de construção, até sua promulgação da lei em 1996.

Após análise inicial do conteúdo, decidiu-se por trabalhar com a parte das correspondências, onde pessoas ou entidades mandavam suas manifestações a favor ou contra uma demanda, artigo da lei etc. Foram identificadas 101 correspondências, no período entre 1989 a 1996. Foi feita uma análise das informações encontradas, podendo estabelecer categorias para identificação e análise final.

Foi realizada uma catalogação e análise de cinco categorias: instituição ou cidadão, local, data, tipo de documento e informação básica da demanda. Posteriormente foi feita uma análise desses conteúdos, com propósito de identificar como ocorreu a participação democrática durante o processo da lei.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo atualmente é um conjunto de instrumentos metodológicos sempre se aperfeiçoando, onde se aplica principalmente a discursos, no caso do presente trabalho se aplica aos discursos contidos nas correspondências enviadas para o congresso nacional.

A realização do presente trabalho só foi possível devido a lei de acesso á informação 12.527/2011. Depois de uma solicitação da documentação no site da câmara dos deputados o acesso ao processo da lei foi liberado. Nele estão todos os arquivos vinculados à L.D.B., todas as emendas apresentadas de cada deputado, as atas dos dias em que o tema foi pauta e as correspondências, que serão o objeto de análise do autor e está vinculada ao processo de lei 1.258/88.

2. PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

Participação e democracia devem sempre caminhar juntas, quanto maior participação, maior será a democracia, entendida como uma forma política em “*que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isto.*” (CHAUI,2001, pg.12).

É necessário realizar uma breve apresentação do histórico dos principais pensadores modernos sobre o tema da teoria participativa da democracia, segundo Pateman Carole, como Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole. Começaremos com Rousseau. A participação individual é fundamental na constituição da democracia, sobretudo as relações criadas a partir da participação, contribuindo para uma melhor relação do indivíduo com a sociedade, como observa PATEMAN, Carole. Existe uma importância dada a ele a cidadania. O autor não considera que grupos organizados devam estar presentes na democracia, por isso a importância dada aos indivíduos. A participação se mostra em duas vertentes:

...em primeiro lugar, que, para Rousseau, a “participação” acontece na tomada de decisões; em segundo lugar, que ela constitui, como nas teorias do governo representativo, um modo de proteger os interesses privados e de assegurar um bom governo. (PATEMAN, Carole, pg.38)

O impacto psicológico no indivíduo, após a participação, leva a uma mudança na sua estrutura pessoal, outro fator que Rousseau acredita ser fundamental para a prática democrática e adaptação do indivíduo no processo democrático, como afirma PATEMAN, Carole. Com a participação, o indivíduo consegue “*distinguir entre seus próprios impulsos e desejos, aprendendo a ser tanto um cidadão público quanto privado.*” (PATEMAN, Carole, pg. 39). O ensino da cidadania se torna fundamental para a concretização da teoria participativa, daí sua concepção de educação ser tão focada no indivíduo, pois a cidadania não é algo natural no ser humano e sim algo construído sócio historicamente. A participação tem como função na teoria de Rousseau a de integração, ou pertencimento do indivíduo na sua comunidade, para isso ele precisa ser livre, PATEMAN, Carole. A sociedade não é somente formada por indivíduos, ela é também formada por instituições, PATEMAN argumenta que existem instituições que não são democráticas,

Rousseau diz que as instituições não participativas (existentes) – em toda a parte os homens estão “a ferros”. As instituições ideais descritas no Contrato social são ideais porque Rousseau considera que seu funcionamento garante a liberdade. (PATEMAN, Carole, pg. 40)

Para ter participação efetiva, é necessário ser livre, para ser livre é preciso de uma educação focada no indivíduo e que potencialize a sua liberdade.

Próximo autor a ser analisado é J. S. Mill, a partir da definição de Pateman. Diferente de Rousseau, o autor dá uma importância para as instituições e suas influências na sociedade. A vida pública dos indivíduos é fomentada a partir da sua ativa participação na sociedade democrática, caso não haja participação, os interesses privados podem influenciar na sua vida pública, levando a sérias consequências para a sociedade. Mill considera importante o trabalho de base, feito dentro de cada comunidade local, partindo do princípio de praticar a democracia participativa em menor proporção, para depois exercer em maior nível de atuação, conforme PATEMAN, Carole. Para que em um grande Estado a prática democrática seja efetivada é preciso que *“as qualidades necessárias subjacentes a essa participação devem ser fomentadas e desenvolvidas a nível local.”* (PATEMAN, Carole, pg. 46)

Para Mill a educação possui uma função na sociedade, a de dar maiores oportunidades para a classe trabalhadora para sua participação no nível da comunidade, de acordo com Pateman. Mill buscava na sua teoria relações com o socialismo/ cooperativas e a participação. Segundo Pateman, Mill entendia que as cooperativas levariam a uma competição, mas na busca do bem de todos, levando a classe trabalhadora a uma mudança na sociedade, daí a importância da participação na indústria.

Do mesmo modo que a participação na administração do interesse coletivo pela política local educa o indivíduo para a responsabilidade social, também a participação na administração do interesse coletivo na organização industrial favorece e desenvolve as qualidades que o indivíduo necessita para as atividades públicas. (PATEMAN, Carole, pg. 50)

Mill traz uma nova preceptiva da teoria da democracia participativa, com grandes influências em Rousseau, ele buscando transpor isso ao seu tempo histórico, analisando a indústria com mais ênfase, trabalhando mais o conceito de coletivo e classe trabalhadora. Podemos perceber uma nova perspectiva da teoria da participação, onde a educação e a participação em nível local são fundamentais, segundo PATEMAN, Carole.

Levemos nossa atenção a o último autor, Cole. Na sua teoria a vontade do indivíduo para a participação e a cooperação entre os homens é fundamental para suprir suas necessidades, conforme Pateman. As associações são ligadas pela sua funcionalidade, assim como a democracia participativa. Então quanto maior a participação do indivíduo nas associações e nas indústrias, maior a possibilidade de se revelar um local de aplicação da educação democrática participativa,

O que interessa, no entanto, é que na visão de Cole a indústria fornecia a importantíssima arena para que se revelasse o efeito educativo da participação; pois é na indústria que, excetuando o governo, o indivíduo mais se envolve em relações de superioridade e subordinação, e o homem comum gasta grande parte da sua vida no trabalho. (PATEMAN, Carole, pg.55)

Para o autor, se não houver a mínima igualdade econômica na sociedade, a prática democrática não se efetiva. Havendo uma singela desigualdade na educação da população, como poderia haver uma real democracia? Para Cole o trabalho merece atenção, devido a isso ele é um crítico do sistema capitalista, como afirma Pateman

Uma das principais objeções de Cole á organização capitalista da indústria era que, nela, o trabalho era apenas mais uma mercadoria e desse modo era negada a “humanidade” do trabalho. (PATEMAN, Carole, pg. 57)

Mesmo nesse sistema Carole entende que é possível uma organização, assim ele propõe a participação através de representantes, eleitos localmente, com isso haveria uma maior participação dos indivíduos, podendo o representante ser destituído sempre que a assembleia entender necessário.

Esses autores citados são conhecidos como os “clássicos” da teoria da democracia e trouxeram significativas contribuições teóricas sobre o tema, vale ressaltar, cada um no seu tempo, com suas influências e condições materiais para isso. Segundo Pateman, a principal função da teoria da participação democrática é a educação. A participação é por si só educativa,

A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. As hipóteses subsidiárias a respeito da participação são de que ela tem um efeito integrativo e de que auxilia a aceitação de decisões coletivas. (PATEMAN, Carole, pg. 61)

Quando entendemos que a sociedade democrática é a “melhor”, pois busca ser justa com todos, sem privilégios, a participação se torna essencial para a concretização dessa sociedade. Quanto maior a participação da sociedade nos projetos de lei, nos espaços de debates, nos coletivos de bairros e etc., maior será a legitimidade da democracia. Se tivermos um governo que se diz democrático, ele só tem legitimidade se a sociedade tiver participação direta na democracia. Para isso é necessário estímulo para a participação, visto que vivemos em uma sociedade não democrática, no sentido das nossas instituições, um exemplo é a Universidade. Como cobrar participação da comunidade, se a própria instituição a inibe? Percebe-se isso ao analisarmos nossa estrutura de poder, onde todas as decisões são tomadas

por uma minoria de professores, sendo que comunidade é hegemonicamente constituída de estudantes. A importância do modelo é inegável, mesmo não podendo ser aplicado fielmente, ele é fundamental, pois ao

...caracterizar o modelo participativo como aquele onde se exige o input máximo (a participação) e onde o output inclui não apenas as políticas (decisões) mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um “feedback” do output para o input. (PATEMAN, Carole, pg. 62)

A educação democrática tem um papel fundamental na teoria, porque desde o ensino infantil são necessárias práticas democráticas que levem a reflexão da nossa sociedade, do coletivo e da própria escola. A escola é entendida com a função de repassar para as novas gerações o conhecimento cultural e científico sistematizado, segundo Saviani. A escola tem força para mudanças na sociedade, mas apenas a escola democrática consegue potencializar essa transformação,

Se o processo escolar tem força para padronizar e formatar nos atuais modelos, porque não teria força para liberar, potencializar, expandir, se fosse proposto em bases diferentes? (MOGILKA, Maurício, pg. 27)

Hoje a escola não é democrática, sua estrutura corrompe qualquer possibilidade com uma teoria da participação democrática, mas como citado acima, ela ainda é, para vários autores, um lugar de potencial inconfundível para uma mudança social. Mudanças requerem críticas, e essa é a outra essência da educação democrática, a crítica ao predefinido, no caso da escola a chamada escola tradicional, onde todos os seus métodos e modelos não são participativos. É necessário que a pessoa tenha um significado de democracia para sua participação, um autor importante é John Dewey. Para o autor a democracia traz um sentido para a vida do indivíduo, mas essa concepção de

...vida social não pode existir sem ampla participação popular e sem o debate livre e aberto de opiniões. Sua base subjetiva é o ambiente de cooperação e solidariedade entre as pessoas. Para sua realização é imprescindível, no plano material, uma mudança radical na economia, que deve ser controlada pela sociedade, responsável por colocar os limites necessários para que ela exista em função da realização coletiva e não o contrário. (MOGILKA, Maurício, pg. 32)

Dewey, assim como Rousseau, entendia a participação como algo central na concepção da teoria da democracia participativa, sempre com uma reflexão contínua sobre nossas políticas e formas de organização. O professor não passou por uma escola democrática, como aplica lá, sem ter participado de uma? A formação continuada é necessária para que a

escola consiga concretizar seu projeto de democratização, segundo Mogilka, esse é um dos grandes problemas a ser enfrentado: a formação do profissional.

Por isso, a relação com os educadores e demais profissionais da escola tem aqui uma fundamental importância na formação democrática da criança e do jovem. Contradições entre o discurso, a prática e as atitudes dos profissionais têm um efeito devastador na estruturação dos educandos. (MOGILKA, Mauricio, pg. 34)

A palavra participação se torna comum nos meios de comunicação, principalmente na segunda metade do séc. 20, logo após o horror dos regimes totalitários, que usaram as massas e a participação, mas não de forma democrática. Isso tornou a democracia como algo desconfiável, uma vez que

O fantasmas do totalitarismo também ajuda a explicar a preocupação com as condições necessárias à estabilidade num Estado democrático; outro fator nesse sentido era a instabilidade de tantos Estados no mundo pós-guerra, em especial as ex-colônias, que apenas em poucos casos mantiveram um sistema político democrático nos moldes ocidentais. (PATEMAN, Carole, pg. 11)

O horror da guerra marca a sociedade européia, gerando várias reflexões sobre a teoria da democracia e se ela seria o melhor regime, pois o mesmo proporcionou um dos maiores genocídios da história da humanidade.

A função da participação pode ser levada pelo lado da imposição e forçando o indivíduo a participar, mesmo que ele não queira; quanto pelo lado democrático de participação pela sua potencialidade educativa. Mas devido à desigualdade econômica, percebe-se uma baixa participação dos grupos sociais mais desfavoráveis, principalmente na política.

Podemos observar na teoria da democracia participativa elementos e concepções, a participação, a educação etc. Sempre em busca de um ideal de democracia, do bem comum a todos, mas principalmente da classe trabalhadora, a fim de evidenciar que a democracia é a *“única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes...”* (CHAUÍ, Marilena, pg.11)

A democracia propicia a cidadania, que se amplia a partir da evidenciação da luta de classes, para que o indivíduo se inclua nas lutas sociais dentro do capitalismo, como a educação, saúde, moradia etc. Sempre tendo como princípio o fim da exploração de uma classe sobre a outra. A democracia tem um princípio público, mas a sociedade Brasileira é marcada pela falta de distinção entre o público e o privado. A prática da cidadania no Brasil não é fácil, visto que

O autoritarismo social opera pela naturalização das desigualdades econômicas e sociais, do mesmo modo que há naturalização das diferenças étnicas, postas como desigualdades raciais entre superiores e inferiores, das diferenças religiosas e de gênero, bem como naturalização de todas as formas visíveis de violência; as diferenças são postas como desigualdades e, estas, como inferioridade natural ou como monstruosidade. (CHAUI, Marilena, pg. 15)

Com uma escola com práticas tradicionais e com uma sociedade marcada pelo autoritarismo, é difícil enxergar um caminho para a prática democrática no Brasil. No presente trabalho busco identificar práticas democráticas em um período de redemocratização do país, onde o mesmo passou 21 anos sob a ditadura militar. As instituições que participaram de alguma forma no desenvolvimento da lei buscaram as práticas democráticas como melhor via de divulgação da sua pauta. Através de manifestações individuais, como através de abaixo assinados, tendo cerca de 10.000 indivíduos participando direta ou indiretamente do processo. Não temos um histórico de políticas que aumentasse a participação da sociedade dentro do governo, através de consultas públicas, fóruns etc. As instituições sociais tiveram papel importante na mobilização social para a maior lei educacional.

A cidadania é essencial para a realização de uma educação democrática, por isso é fundamental entender a importância das vertentes de participação na história do Brasil. O nacional desenvolvimentismo tem uma história, desde o fim da segunda guerra mundial, até 1964. Um breve momento de ruptura, logo após

A tradição nacional desenvolvimentista permaneceu, então, como uma espécie de repertório que retornou após o regime militar. Nos anos 90, alimentou a crítica ao neoliberalismo e hoje participa ativamente da base política, social e intelectual do governo Lula, como na condução da sua política externa. (AVRITZER, Leonardo, pg.205)

O país vivia uma redemocratização, buscando novamente suas características republicanas. Esse período traz novas instituições para o cenário político, como o Partido dos Trabalhadores, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e MST (Movimento dos Sem Terra). Essas instituições foram ativas na luta contra práticas neoliberais dos anos 90, daí a importância dessa tradição nacionalista,

A importância dessa tradição está exatamente em ter desenvolvido, em civilizações criadas a partir de uma experiência de colônia e submetidas a graves processos de desvalia de amor próprio, a consciência cívica da nação, a noção de um pertencimento e de um destino comuns. Em um país marcado por tão fortes heterogeneidades e clivagens de classe, ela contribui para estabelecer um solo republicano comum. (AVRITZER, Leonardo, pg. 205)

As eleições de 2002 levaram a nova guinada desse movimento nacionalista, com a eleição do presidente Lula, o Brasil teve entre janeiro de 2003 a maio de 2016 um executivo comandado pelo partido dos trabalhadores, onde a prioridade foi de conciliação, a economia em alta e uma melhor distribuição de rendas com políticas sociais. Com a cidadania e nacionalismo, a cultura da educação democrática tende a prevalecer. A ideia de integração nacional é fundamental para a consolidação da teoria de participação democrática,

Quando encontrou a cultura democrática, as vertentes mais decisivas desse sentimento nacional – como aquela desenvolvida na obra de Celso Furtado – expressaram-se não por meio da expansão subimperialista, mas de integração soberana em uma ordem mundial transformada. (AVRITZER, Leonardo, pg. 206)

Outra vertente é o socialismo democrático, que pode ser resumido em uma reflexão de Avritzer, como concretizar verdadeiras transformações sociais em uma democracia? Após todos esses anos de partido dos trabalhadores, houve avanços sociais econômicos inegáveis, mas ainda temos 11,7 milhões de Brasileiros analfabetos em pleno ano de 2017, de acordo com IBGE. Na perspectiva da participação democrática, como haver participação, sem uma mínima instrução? Essas pessoas não conseguem nem ler a frase existente na bandeira da sua nação, como criar sentimento de pertencimento a cidadania? Essas reflexões nos mostram uma diminuição da desigualdade, mas não uma real transformação social. O direito a voto, por exemplo, é fundamental para uma iniciativa de participação democrática, por isso a democracia foi crucial no desenvolvimento do projeto. A prática democrática ainda possui seus erros, mas o sufrágio universal se torna componente essencial na vida de um cidadão, e traz uma perspectiva de estímulo do Estado para a participação do cidadão.

Para finalizar o capítulo, trarei um breve histórico da teoria da democracia contemporânea, com os seguintes autores, SCHUMPETER, J. A. BERELSON, B. R. SARTORI, G. ECKSTEN, H. Iniciarei por Schumpeter. O autor não concorda com a ideia de democracia direta, e é a favor da democracia representativa através de líderes, assim, *“Por esse método qual quer pessoa, em princípio, é livre para competir pela liderança em eleições livres, de modo que as liberdades civis costumeiras são necessárias”* (PATEMAN, Carole, pg. 13). Schumpeter critica a teoria “clássica” da democracia, já abordada no início do capítulo, para ele não é necessário o sufrágio universal, assim segmentos da sociedade, como os proprietários, a raça, eram totalmente possíveis para um método democrático (teorias mais recentes apontam para a importância do sufrágio universal), segundo Pateman.

Berelson traz uma nova perspectiva da qual o autor anterior não trabalhou. Como possuir um método democrático sem uma estabilidade da sociedade? Se não tivermos um

conjunto de cidadãos aptos à prática democrática, então o modelo estará fadado ao fracasso. Para o autor “*a participação limitada e a apatia têm uma função valiosa para o conjunto do sistema.*” (PATEMAN, Carole, pg. 16).

Segundo o autor, é necessária uma apatia para que se tenha um sistema democrático estável, apesar da concentração das decisões nos representantes, a máxima participação dos indivíduos só traria um caos ao sistema democrático, mas ele

...não explicita quais as características necessárias para que um sistema político possa ser descrito como “democrático”, uma vez que o máximo de participação de todos os cidadãos não é uma delas. (PATEMAN, Carole, pg. 17)

O próximo autor será Sartori. Em seu livro Teoria Democrática de 1962, ele traz várias reflexões sobre a participação das pessoas e seu medo pela participação ativa da população, devido ao totalitarismo. Como fazer as pessoas participarem? Essa reflexão é sempre colocada em pauta para esses autores, mas Sartori em especial traz uma nova resposta para isso.

Sartori sustenta que a tentativa de encontrar uma resposta para essa questão é um esforço equivocado, uma vez que as pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por idéias que conseguem formular para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política. (PATEMAN, Carole, pg. 21)

Passemos para Eckstein, onde ele traz uma perspectiva conservadora da teoria da participação democrática. Para a estabilidade da democracia é necessário determinado nível de participação, sem poder ultrapassar esse limite determinado. Se por acaso, o nível for ultrapassado, todo o sistema democrático começa a entrar em ruínas.

São necessárias certas condições para conservar a estabilidade do sistema. O nível de participação da maioria não deveria crescer acima do mínimo necessário a fim de manter o método democrático (máquina eleitoral) funcionando, ou seja, deveria manter-se no nível que existe atualmente nas democracias anglo-americanas. (PATEMAN, Carole, pg. 25)

Percebe-se o conservadorismo do seu discurso quanto a eleição, Eckstein observa que o sistema eleitoral é fundamental para o método democrático, pois ele representa a competição por políticas e poder, segundo Pateman.

Por fim irei analisar como esses teóricos oferecem subsídios para entender a teoria contemporânea da democracia. Segundo Pateman, hoje essa teoria é a que tem maior apoio em teóricos políticos atuais. Essa teoria lida com a ideia de líderes, que iriam disputar

livremente os votos dos eleitores, é no método democrático onde os eleitores (maioria) exercem um controle sobre os líderes,

A “igualdade política”, na teoria, refere-se ao sufrágio universal e à existência de igualdade de oportunidades de acesso aos canais de influência sobre os líderes. Finalmente, “participação”, no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. (PATEMAN, Carole, pg. 25)

Aquela perspectiva de Rousseau, onde a democracia direta, ou seja, a maior participação dos indivíduos levaria a melhoria no sistema, é totalmente contraposta na teoria contemporânea, onde entende que quanto menor a participação, mais seguro para o sistema democrático. A participação precisa ser de pessoas “qualificadas” para atividade, os chamados líderes. Eles representariam as “classes” da sociedade, podendo a qualquer momento destituir seu líder. A teoria contemporânea leva de legado da teoria “clássica” o sufrágio universal, hoje considerado como algo estrutural no método democrático. O sufrágio foi uma luta histórica dos indivíduos, atualmente grande maioria dos países que tem uma denominação democrática, tem o sufrágio universal como princípio da nação.

3. L.D.B E SEU DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo pretende dar indícios sobre como foram os desdobramentos da L.D.B, dentro do Congresso nacional, suas passagens nas comissões, fazendo um breve histórico.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional é um marco para os anos 90, depois de 21 anos de uma ditadura militar, era necessário uma mudança no sistema educacional. Essa mudança precisaria ser aprovada no Congresso nacional. O Brasil em 1988 vivia uma mudança política com a nova constituição, mais uma crise econômica, da qual geraria uma desigualdade social mais agravante.

No plano da educação, temos uma alta taxa de analfabetismo, problema educacional crônico na história da educação Brasileira. O Congresso decidiu fazer uma consulta efetiva da população para legislar sobre a L.D.B, pois a última lei da educação nacional foi imposta, oriunda do executivo,

Ao contrário das leis de ensino anteriores que se originam em projetos oriundos do Poder Executivo, enviados ao Legislativo, ou seja, provenientes do Estado (sentido restrito), o projeto da nova LDB é de iniciativa parlamentar. (OLIVEIRA, Regina, pg. 27)

A partir da comissão de educação da câmara dos deputados, é criado um grupo de trabalho, que ficara responsável pela elaboração do esboço da lei. O relator do projeto o Deputado Jorge Hage, membro do grupo de trabalho, busca em várias entidades, de vários Estados, contribuições a cerca do tema. Ao final do recolhimento de sugestões e recomendações o mesmo comenta

...todo esforço foi feito no sentido de não se deixar consultar nenhuma entidade ou órgão de âmbito nacional, representativo de qual quer segmento relevante na área da educação. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de educação. Relatório do deputado Jorge Hage, 30.08.89, p.2)

O grande ponto de divergência era entre a escola pública e escola privada, grande pauta histórica da educação Brasileira, segundo Oliveira. O movimento em prol da escola pública traz reflexões acerca da educação nacional, a discussão sobre uma gestão democrática dentro da escola, (característica da lei, depois de promulgada) uma tentativa de um projeto de educação nacional, onde o interesse da sociedade se prevaleça, e não de um partido ou projeto pessoal. Valorização do profissional da educação, tanto com o aumento de vagas no ensino superior para as licenciaturas quanto sobre condições de trabalho que incentivem profissionais da educação.

Dentro da escola privada temos duas perspectivas, das escolas de empresários, que visam o lucro e sem fins lucrativos. As escolas privadas com fins lucrativos tentam impedir qualquer interferência do Estado na sua estrutura, mas busca também um recurso público para bolsas de estudos para alunos carentes, levando uma transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, prejudicando o investimento na educação pública. As escolas confessionais trazem reflexões sobre as escolas do Estado e privadas, e lutam por uma escola comunitária.

Em 29 de junho de 1989 a Comissão de Constituição e Justiça e Redação submete por unanimidade a constitucionalidade, o projeto de lei nº 1.258/88. Foram apresentados outros projetos de lei, que foram incluídos junto com o original e sugestões a fim de produzir o substitutivo de Jorge Hage em Agosto de 1989.

Os eixos centrais desse substitutivo podem ser resumidos nos seguintes pontos: o dever do Estado para com a educação; a ampliação da oferta para o ensino médio, bem como definição das responsabilidades das três esferas do governo, federal, estadual e municipal (cap. 3); a oferta da educação básica e unitária, incluindo a educação infantil, fundamental e média (cap. 6); a oferta do ensino noturno para jovens e adultos (cap. 11); a educação tecnológica e a educação à distância (cap. 14); a garantia de repasse dos recursos públicos para as escolas públicas, com as exceções previstas na Constituição (cap. 18) (OLIVEIRA, Regina, pg. 73)

Após a publicação do substitutivo, os dois movimentos históricos (escola privada e pública) se organizam a fim de dar suas declarações sobre o tema. A partir do segundo semestre o relator passa a discutir outros temas da educação, como a educação infantil, ensino superior, financiamento etc. Quando convidado para debates o relator sempre que possível participa, buscando trazer contribuições da sociedade civil, como afirma Oliveira. Em dezembro de 1989 o relator apresenta o segundo substitutivo, mantendo as mesmas linhas. Jorge Nagle traz novas linhas do Fórum nacional da educação, como afirma Oliveira, os representantes do Fórum são de entidades da sociedade civil, ligadas a educação, deixando de lado as entidades de caráter patronal; contribuindo para uma democratização do órgão, possibilitando maior abrangência na área, visto a maior participação de especialistas.

A L.D.B. é colocada de novo em pauta em maio de 1990, já em plenário da comissão de educação. Ali começa um processo de conciliação para a aprovação da proposta, tendo deputados ligados às escolas privadas. Em princípio não seria aprovado o projeto na comissão, daí o processo de conciliação ser entendido como necessário para a continuidade da tramitação no Congresso. Exemplo de uma mudança feita no acordo é a constituição do Fórum, que agora no final das discussões foi acrescido de um parágrafo chamando entidades patronais privadas, conforme Oliveira.

O financiamento da educação foi um tema bastante discutido na comissão de educação, devido ao grande interesse dos Municípios e Estados, como mostra Oliveira,

Os recursos para financiar a educação básica pública, estabelecidos no Cap. XIX, aprovados na reunião do dia 28 de junho, são provenientes, principalmente, da “receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art.103, I) segundo os percentuais estabelecidos pelo art. 212 da Constituição, ou seja, a União aplicará nunca menos de 18% e os Estados e Municípios nunca menos de 25 % (art. 107). Amplia-se a fonte de recursos com o salário-educação (art.115), correspondente á alíquota de 3,5 % (três e meio por cento), a ser recolhido pelo Município “sobre a folha de salários e sobre a soma dos salários-bases dos titulares, sócios e diretores das empresas e demais entidades públicas ou privadas, definidos na legislação previdenciária” (art.116) (OLIVEIRA, Regina, pg. 106)

Após a aprovação na comissão, o projeto de lei foi enviado à comissão de finanças, onde assim como na comissão de educação, o acordo seria feito afim de prosseguimento do projeto. A relatora deputada Sandra Cavalcanti fazia parte da comissão de educação e esteve ciente do acordo feito entre os líderes dos partidos. O projeto fica quatro meses parado durante o período eleitoral. A relatora apresenta em dezembro do mesmo ano o projeto. Havia muitas angústias por parte de entidades representantes da sociedade civil, por exemplo, o fato da mudança dos deputados, conforme afirma Oliveira, Regina, pg. 141:

Com o final da legislatura e a ameaça de se perder todo o trabalho desenvolvido na Comissão de Educação, a necessidade de “salvar” o projeto, ou seja, impedir o seu arquivamento, é maior na Comissão de Finanças. Devido à pressão do tempo, o esforço daqueles que trabalharam mais intensamente na preparação da lei objetiva evitar que tal fato se concretize. Verifica-se, inclusive, que alguns partidos (PDS e PDT), pode-se dizer numa medida cautelosa, procedem à alteração de seus membros dessa Comissão. Foi possível, assim, uma acomodação, estendendo a tolerância para as emendas apresentadas, no sentido de garantir o principal, nessa instância, ou seja, aprovar o projeto e enviá-lo à etapa consecutiva que é a Mesa da Câmara e sua tramitação em plenário.

O início da década de 90 vem com eleição direta do presidente Fernando Collor de Mello. Presidente que tinha como centro na sua campanha há prática de governo neoliberal, entendido como um aumento dos interesses privado, em detrimento do público, segundo Chauí. Daí a preocupação citada acima do andamento da lei de diretrizes e bases, e de como se desenvolveria o projeto de lei. O projeto entra no plenário da câmara em maio de 1991, mas devido a número excessivo de emendas (1.263), ele volta para as comissões técnicas. Somente em maio de 1992 ele volta ao plenário da câmara, mas com duas problemáticas que impediram a votação. Primeiro a situação de governabilidade do país, o então presidente Collor está sofrendo um processo de afastamento, em setembro de 1992 o processo se finaliza

e o então vice-presidente assume o cargo, Itamar Franco. Segundo ponto é um projeto lei de autoria do senador Darcy Ribeiro, que tratava da lei de diretrizes e bases da educação nacional, sendo assim, em vez de um projeto oriundo da câmara, teria dois projetos nas duas casas legislativas da federação. Sendo os dois projetos provenientes do mesmo partido, o PDT, mas com intenções diferentes no início do seu protocolo. O projeto do senador visava, junto com o poder executivo na época (maio 1992), bloquear o andamento do outro projeto de lei da educação nacional, que há quatro anos estava em tramitação na câmara dos deputados. Segundo Oliveira, Regina, pg. 198:

Embora o projeto do Senador Darcy Ribeiro (PL nº 67/92) não atenda, explicitamente, aos interesses privatistas, acaba favorecendo-os, na medida em que deixa de lado questões fundamentais e polêmicas no decorrer do processo de discussão do substitutivo Jorge Hage, como: gestão democrática da educação, estabelecimento de condições para o funcionamento das escolas privadas, destinação de recursos públicos. Também desconsidera a criação do Conselho Nacional de Educação, tão criticado pelos ministros do governo Collor, e do Fórum Nacional de Educação.

Anteriormente à eleição existia um temor do projeto não ser aprovado pelos novos deputados o que, de certa forma, se confirmou. O projeto 9394/96 só voltou a ser discutido na câmara em maio de 1993, ao mesmo tempo em que o Senado discutia outro projeto de lei sobre mesmo tema. Sem um diálogo efetivo entre as casas legislativas, ficaria difícil uma união nacional para se efetivar os anseios da sociedade. Segundo Oliveira, após votação na câmara, o projeto é encaminhado para o Senado. O projeto leva dois anos de debates, com um parecer nas comissões, somente a partir de 1995. Com a nova legislatura, iniciada em fevereiro de 1995, leva a retomada dos trâmites nas comissões. Com um novo projeto, os novos Senadores buscam uma articulação afim de aprovação do projeto.

Em 3.05.95 o relator apresenta a quarta versão do seu parecer, concluindo pela aprovação do PL nº45/91, nos termos do substitutivo que oferece, e pela rejeição do PL nº 101/93 e do substitutivo da Comissão de Educação. (OLIVEIRA, Regina, pg. 289)

O Senador Darcy Ribeiro é o relator do projeto, deixando de lado todo o projeto construído pela câmara, onde foi ouvida grande parte da sociedade, principalmente das correspondências do presente trabalho. Em sua maioria elas são endereçadas ao Presidente da câmara dos deputados, com isso, parte da vontade do povo foi simplesmente esquecida, quando o projeto oriundo da câmara foi substancialmente modificado através de emendas, prejudicando toda uma discussão com a sociedade.

O capítulo termina com uma reflexão sobre o processo do projeto de lei 1.258/88. Não há dúvida de que houve um empenho de deputados e partidos ligados a aeras sociais, e na sua grande maioria apoiavam o movimento histórico a favor do ensino público. Cabe ressaltar que vários deles participaram de fóruns organizados pela sociedade. O projeto demora para ser finalizado por dois motivos: as mudanças nas eleições, que alteram todo um quadro político e o processo de afastamento do Presidente eleito. Apesar da demora, o projeto buscou alguns anseios da sociedade em relação à educação nacional e mudou a perspectiva histórica, pois se tornou o primeiro projeto de L.D.B. oriundo do legislativo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a coleta de dados foram estabelecidas cinco categorias (tipo do documento, data, localidade, instituição ou cidadão e informação básica) a fim de catalogar todas as correspondências enviadas à câmara federal, durante o processo da L.D.B (1988-1996). O capítulo tem o objetivo de mostrar os resultados e propor reflexões sobre cada categoria. Nesse capítulo iremos dividir a discussão em cada categoria para melhor abrangência do conteúdo. Foram elaborados gráficos para cada uma com o intuito de trazer contribuições à pesquisa da participação democrática.

Cada categoria foi analisada a partir de um documento oriundo da câmara federal. Após uma consulta via internet foi solicitado o processo do projeto de lei 1.258/88. O retorno da câmara foi positivo e todo o documento foi disponibilizado, totalmente digitalizado. Infelizmente algumas digitalizações estão sem condições de visualização, o que não atrapalhou a pesquisa. O documento é dividido em seis arquivos, contendo em média 1.000 páginas cada. Depois de uma análise preliminar foram encontradas várias possibilidades de pesquisa, mas uma em especial despertou maior interesse, no caso, as correspondências enviadas à câmara dos deputados. A partir dessa definição foi feita novamente uma análise de todo o conteúdo, a fim de encontrar todas as correspondências nesses documentos. Foram encontradas ao todo 101 correspondências que foram classificadas nas cinco categorias acima mencionadas.

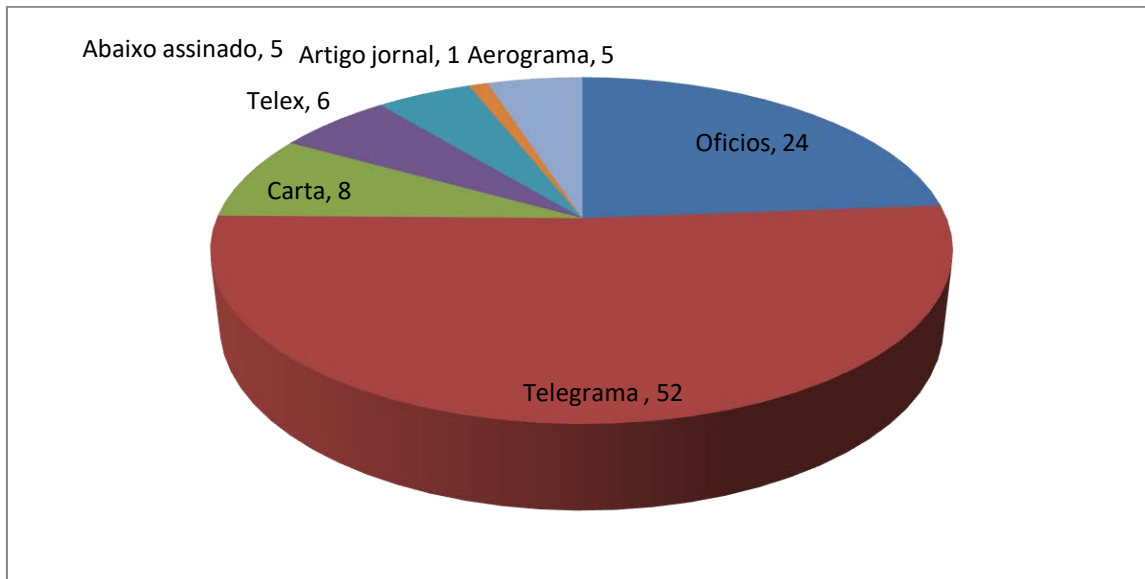
A participação democrática no processo do projeto de lei 1.258/88 foi fundamental para a consolidação em lei, apesar de o projeto aprovado no Senado não atender grandes demandas enviadas aos congressistas. Durante o período da lei, principalmente as instituições, sejam elas da sociedade ou do poder público estavam sempre em atenção ao processo da lei, tendo várias demandas surgindo logo depois de qualquer avanço ou regresso, no que tange, por exemplo, a escola pública, mostrando assim que estavam atentos a cada trâmite da LDB. A sociedade participou ativamente, sendo através de registro da demanda, ou através de abaixo-assinados, buscando levar suas demandas para os deputados federais.

Foi organizado um quadro (ver anexo D) com todas as informações encontradas no documento, assim o leitor pode fazer a consulta e ter exatamente onde procurar todas as correspondências enviadas, com a informação da demanda sendo resumida para o trabalho. A partir desse quadro foi desenvolvido os sub capítulos.

4.1 Tipos de documentos

Nessa categoria iremos analisar os tipos de correspondências. Foram encontrados os seguintes tipos: ofícios, telegramas, cartas, telex, abaixo assinados, artigo de jornal e aerograma.

Gráfico 1. Tipos de documentos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se a predominância do telegrama. Isso se dá ao fato da maioria dos telegramas terem sido telegramas fonados. Nesse estilo de correspondência você usava seu telefone, ligava para os correios e mandava a mensagem oralmente, assim um funcionário iria digitar sua mensagem, enviado-a em texto para o destinatário. A grande popularidade desse tipo de mensagem se dá pelo difícil acesso que algumas cidades tinham a uma agência do correio; você fazia da sua própria casa e não pagava na hora, o telegrama fonado vinha na conta telefônica. Tanto instituições quanto os cidadãos usavam esse recurso, possuindo metade do total de manifestações.

No gráfico observa-se os ofícios como segunda maior incidência. Isso ocorre devido ao alto nível de participação das instituições, tendo ao todo 73 manifestações. Os ofícios são manifestações de caráter burocrático, no sentido de oficializar que sua mensagem foi recebida. Nos telegramas também houve manifestações de entidade, mas nos ofícios não houve nenhum cidadão enviando esse tipo de documento para os deputados.

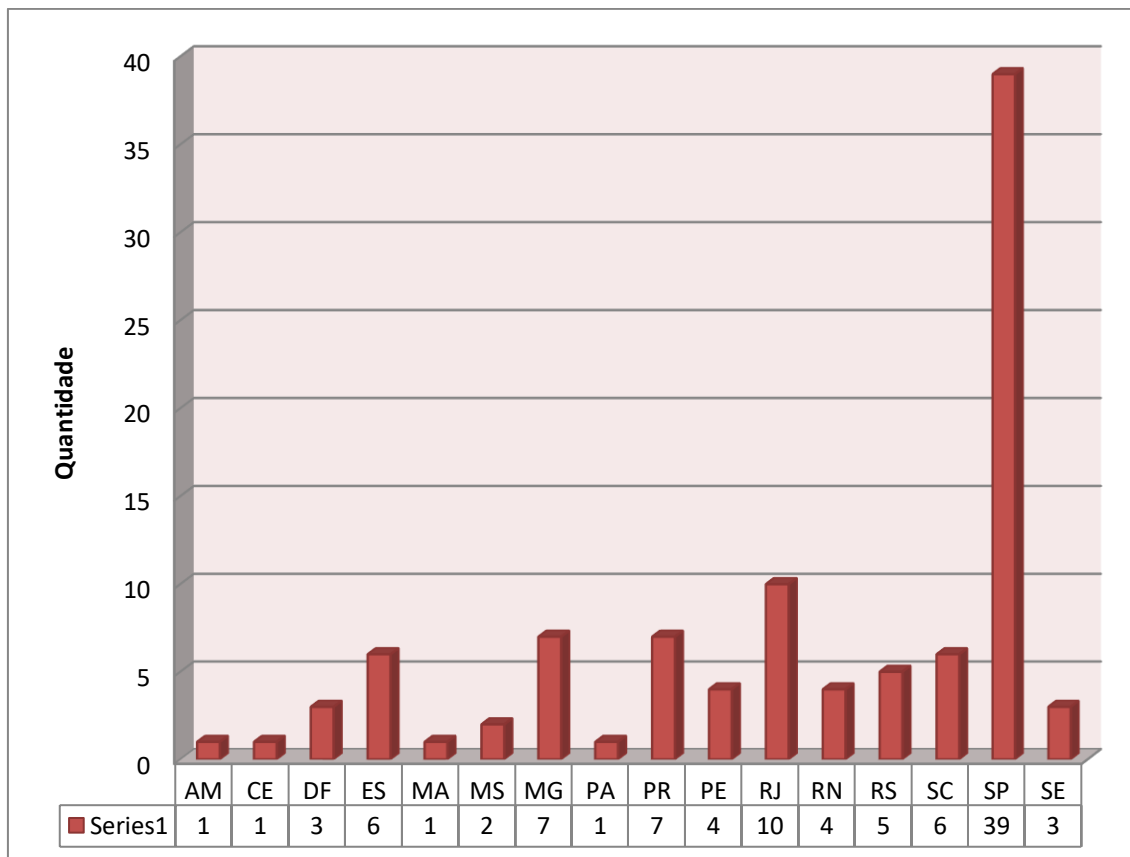
Os outros tipos de documentos representam $\frac{1}{4}$ do total, podendo-se destacar as cartas, sendo o tipo de documento mais antigo em circulação no nosso país. A pouca procura por elas se dá pelas novas tecnologias, como citado os telegramas, o fácil acesso e menor custo

contribuía para as manifestações serem em telegramas, ainda mais pelo momento de crise econômica. Para mandar uma carta, era necessário um selo e dirigir-se a uma agência do correio. O preço do selo mudava a cada momento, com inflação alta e planos econômicos fracassados, a carta se tornou obsoleta na década de 1990, principalmente com o advento de novas tecnologias, que contribuíram para a ampliação da manifestação democrática.

4.2 Localidade das correspondências

Cada correspondência veio de uma cidade, mas com 101 correspondências, seriam muitas cidades no Brasil. Com isso foi feita uma análise dos Estados e um enfoque no Estado de São Paulo. Foi feito um gráfico em tabela e dois mapas de calor. Segue o gráfico de tabela:

Gráfico 2. Manifestação por Estado



Fonte: Elaborado pelo autor.

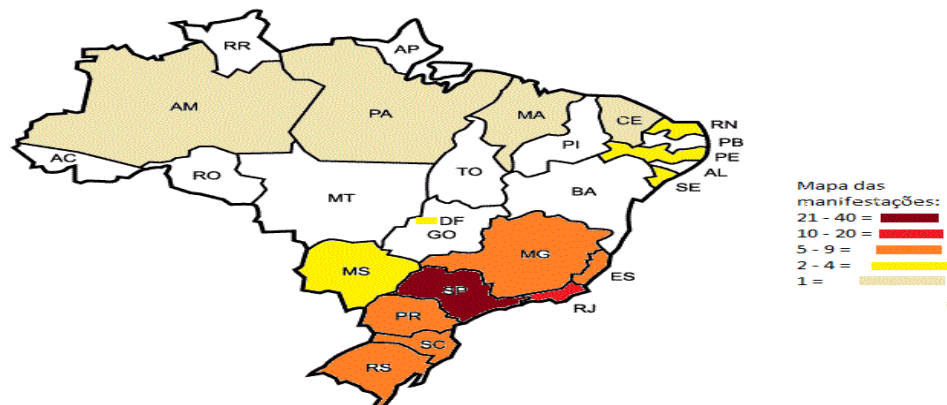
Nota-se no gráfico uma maior incidência das correspondências em dois Estados, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo suas capitais o maior índice entre as cidades Brasileiras. Os centros urbanos têm o maior numero de manifestações, com o aumento das novas tecnologias, elas acabam chegando primeiro em grandes centros, assim facilitando o acesso para as instituições ou pessoas dessas cidades. Dentre o processo da LDB, vários deputados fizeram

parte dos destinatários das cartas, mas o deputado Florestan Fernandes teve maior incidência devido a ser um deputado de São Paulo e pelo seu histórico de luta em prol da escola pública.

Observação, a soma do gráfico dará 100, mas como mencionado acima o total é de 101. Isto ocorre porque uma das correspondências veio de Lima – Peru, sendo assim não constando na abrangência da localidade, visto que somente houve uma manifestação de fora do país. Essa manifestação foi oriunda do Sindicato dos Trabalhadores do Peru, solicitando que os deputados Brasileiros tivessem um empenho melhor nos trâmites da LDB, assim contribuiriam para a efetivação da maior lei educacional.

Segue o mapa de calor:

Figura 1. Mapa das manifestações



Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se uma predominância das regiões sul e sudeste. Ao todo participaram 16 Estados. A região norte foi a que menos enviou correspondências, sendo somente duas ao longo de oito anos. As regiões nordeste e centro-oeste tiveram um índice melhor, mas pouco significativo, pela quantidade total. Nessas regiões, norte, nordeste e centro-oeste, não havia na época uma infra-estrutura de comunicação adequada, daí comprova-se o menor número nessas regiões comparadas a outras regiões com maior estrutura. O acesso aos meios de comunicação é fundamental, um direito do cidadão. Novos direitos estão sempre surgindo, grande parte pelo fato de uma demanda, como no caso da comunicação, ou como argumenta Bobbio,

Para darmos um exemplo de grande atualidade, a exigência de uma maior proteção dos velhos jamais teria podido nascer se não tivesse ocorrido o aumento não só do número de velhos, mas também de sua longevidade, dois efeitos de modificações ocorridas nas relações sociais e resultantes dos progressos da medicina. (BOBBIO, Norberto, pg. 91)

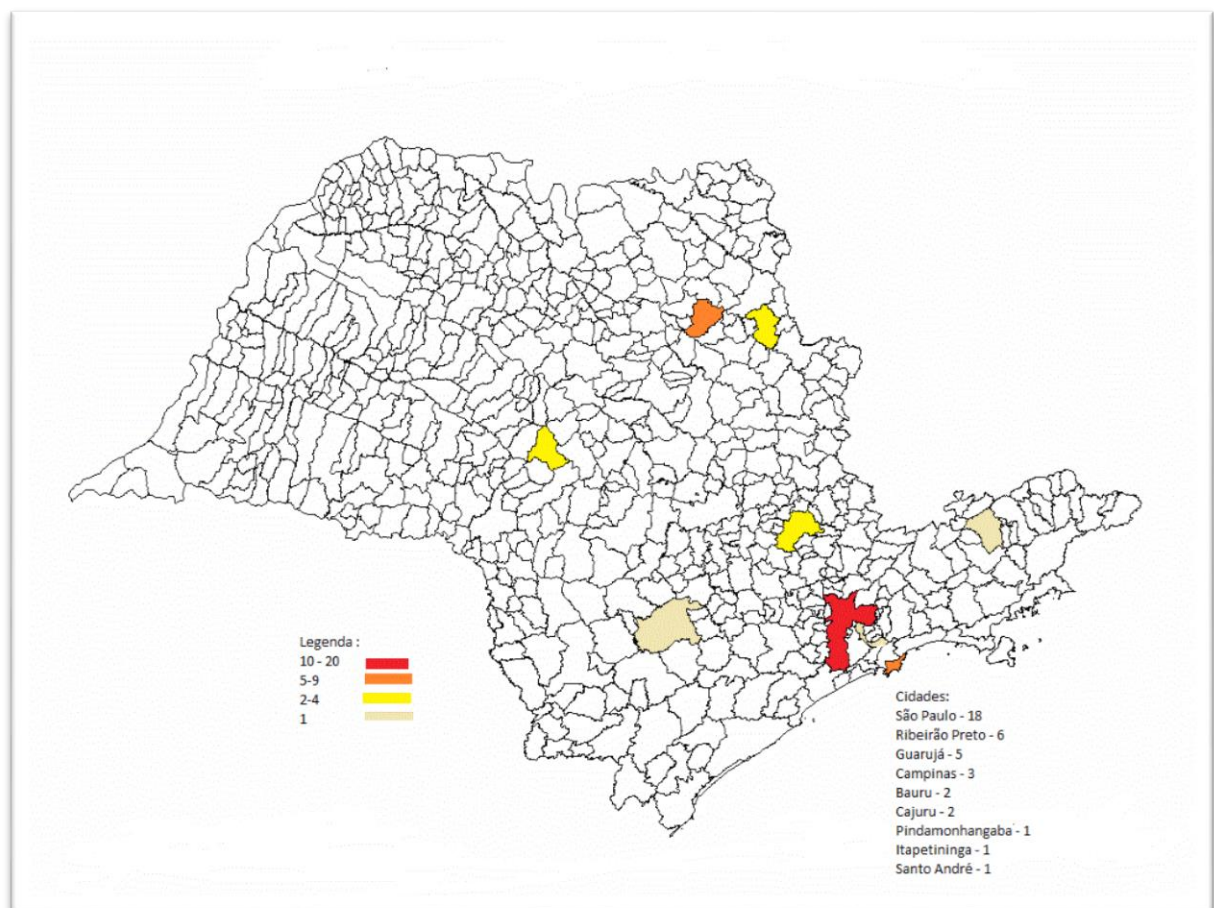
A atualidade traz novos direitos, como a comunicação, locomoção e eles levam conseqüentemente ao direito na participação. Em um país onde sua capital fica longe das

grandes capitais dos Estados, é de se esperar que se amplie o direito à comunicação o máximo possível. No processo de redemocratização a participação é fundamental para a concretização da democracia e para ela se efetivar é necessária a ampliação das estruturas de comunicações. Os correios são uma empresa estatal de telecomunicações, que desde quando o Brasil era colônia une as pessoas através da comunicação,

Do início dos serviços postais até os dias de hoje, os Correios assumiram o papel de aproximar as pessoas, buscando sempre o aperfeiçoamento dos serviços e produtos oferecidos à sociedade, de modo a sagrar-se como uma das instituições mais respeitáveis do Brasil.
(CORREIOS, Brasil)

O Estado de São Paulo foi o que teve a maior incidência de manifestações. Segue o mapa de calor em relação às cidades dentro do Estado:

Figura 2. Cidades no Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse mapa verifica-se o maior índice na capital do Estado. As outras cidades em sua grande maioria são do interior, tendo como destaque a cidade de Ribeirão Preto, obtendo índice maior do que a de alguns Estados. A região Oeste não teve nenhuma manifestação,

apesar de representar uma grande parcela da população do Estado. O maior índice de São Paulo se deve por ser o maior centro urbano do país bem como o maior centro econômico nacional. As manifestações de universidade na cidade foram de grande relevância, mais da metade das manifestações foram feitas por universidades públicas, as mesmas com grande acesso às telecomunicações da época.

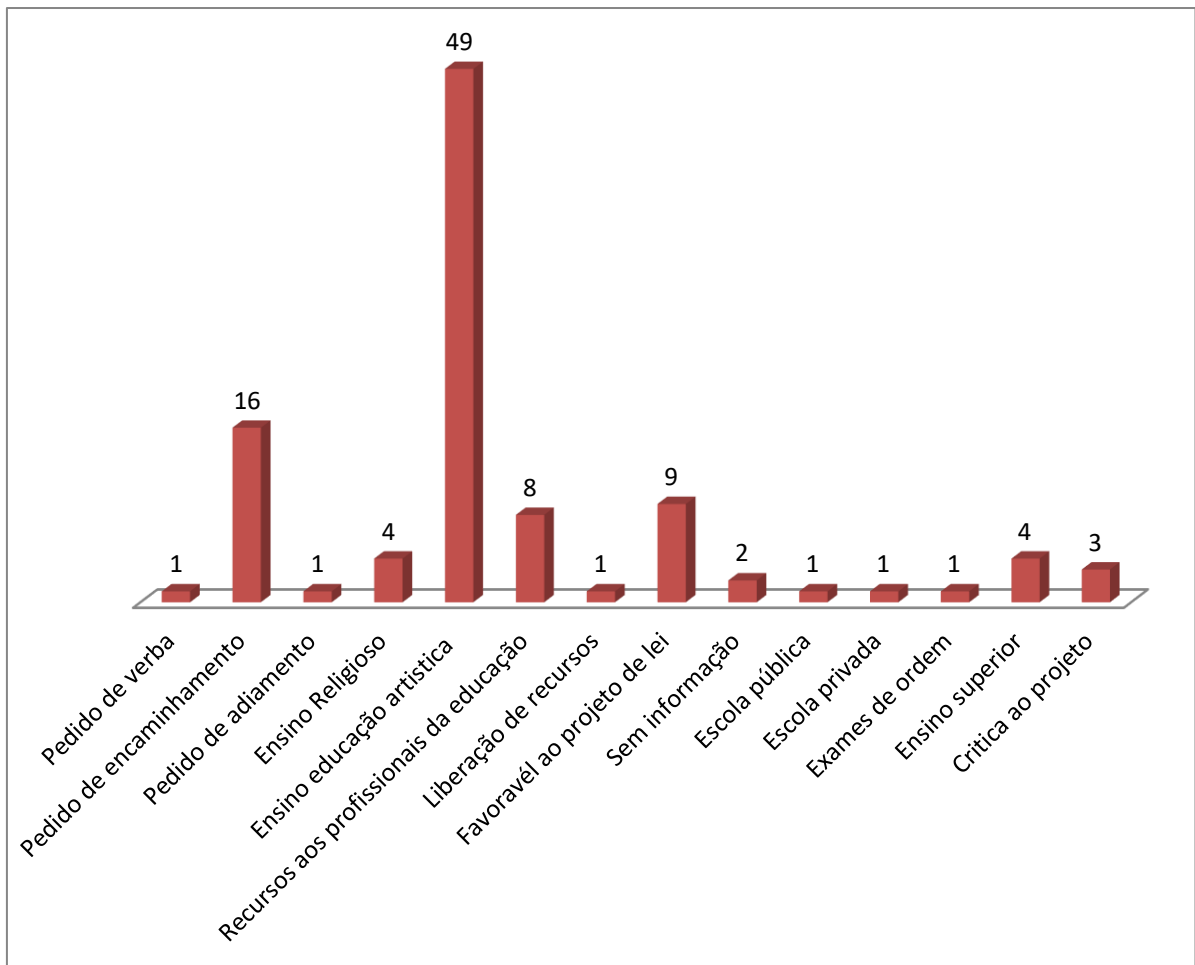
São Paulo, desde a era Vargas, se tornou exemplo de participação da sociedade civil, seja pelas entidades, como a criação do MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), seja pela participação ativa de cidadãos em várias políticas públicas. Dentro das universidades há um enorme potencial de participação entre os três segmentos, como nos sindicatos dos funcionários e no movimento estudantil. Parte da época da L.D.B se passa no afastamento do então Presidente Fernando Collor de Mello. O movimento estudantil da época, os chamados “caras pintadas”, foram fundamentais na luta contra as práticas neoliberais e desde então esse é o foco do movimento. Nas correspondências houve poucas manifestações das entidades estudantis, devido ao fato dessas entidades estarem ligadas a movimentos sociais, o autor entende como hipótese a resistência nessa prática de enviar sugestões para os congressistas.

A L.D.B influenciaria significativamente a universidade Brasileira. Como exemplo tem as recomendações sobre órgãos colegiados, que em sua maioria não são paritários, levando a uma prática antidemocrática ao limitar a participação dos estudantes. Os mesmos que contribuíram na pressão para aprovação da lei são deixados de lado no futuro da universidade ao não receber devido tratamento igualitário que os outros segmentos possuem. A UNESP segue as recomendações da L.D.B.

4.3 Tema das manifestações

Cada manifestação possuía um conteúdo. O capítulo pretende apresentar essas demandas e trazer a reflexão sobre os principais temas abordados nas correspondências. Segue o gráfico produzido:

Gráfico 3. Temas das manifestações



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram ao todo 14 temas abordados nas manifestações, sendo eles: Pedido de verba, Pedido de encaminhamento, Pedido de adiamento, Ensino educação Artística, Recursos aos profissionais da educação, Liberação de recursos, Favorável ao projeto de lei, Escola pública, Escola privada, Exames de ordem, Ensino superior, Crítica ao projeto e Sem Informação.

Nas quatro manifestações sobre ensino superior, três delas são pedidos de aumento de vagas na pós graduação. Uma década depois, o ensino de pós graduação cresce e aumenta o nível de pesquisas realizadas no Ensino Superior.

Destaque agora para o ensino de educação artística, o maior número de manifestações para esse tema se deve a um ocorrido. No momento de apresentações das emendas, uma em especial irá motivar toda uma mobilização de entidades ligadas ao ensino de educação artística: a emenda 520 do deputado Genebaldo Correia, líder do PMDB na câmara. Trata-se de uma interpretação do deputado em relação a uma palavra, o “obrigatório”. Segundo ele a palavra se torna desnecessária, pois o próprio artigo fala em ensino de educação artística como componente curricular, sendo assim, a palavra obrigatória se tornaria desnecessário, essa é a opinião do deputado ao apresentar a emenda.

A palavra obrigatória é desnecessária? Em um país, onde retrocessos educacionais são recorrentes na história da sua educação, não vejo como desnecessária, pelo contrário, concordo com as entidades e cidadãos que se posicionaram contra essa emenda. A obrigatoriedade da educação artística é necessária para a sua consolidação enquanto disciplina no componente curricular das escolas.

No meu entender, o motivo mais importante para incluirmos as artes no currículo da educação básica é que elas são parte do patrimônio cultural da humanidade, e uma das principais funções da escola é preservar esse patrimônio e dá-lo a conhecer. As artes são produções culturais que precisam ser conhecidas e compreendidas pelos alunos, já que é nas culturas que nos constituímos como sujeitos humanos. (FERREIRA, Sueli, pg. 15)

O ensino de educação artística é fundamental para os cidadãos, sua potencialidade leva a transformação, a autonomia, peça fundamental para viver socialmente. Talvez o deputado fosse ingênuo a ponto de acreditar que não mudaria nada a retirada da palavra obrigatório. Após uma grande mobilização das entidades, solicitando a retirada da emenda, o mesmo apresenta em 09 de dezembro de 1991 (ver anexo C) um requerimento de retirada da mesma. No requerimento ele cita inclusive as manifestações das entidades ligadas a Arte-educação, entidade que conduz toda a organização da mobilização, protocolando na câmara um abaixo assinado (ver anexo B) de mais de 5.000 assinaturas.

Outro destaque se tem nos pedidos de encaminhamentos seria o pedido feito para os deputados a fim de serem mais rápidos quanto aos trâmites do projeto de lei dentro da câmara. No que tange o tema recursos aos profissionais da educação, muitos deles envolviam as aposentadorias. Solicitações de entidades ou cidadãos, preocupados com a alocação dos aposentados, por exemplo, querendo saber qual esfera de governo ficaria ligada sua previdência, visto que parte da L.D.B mudava parte da responsabilidade de uma esfera para outra.

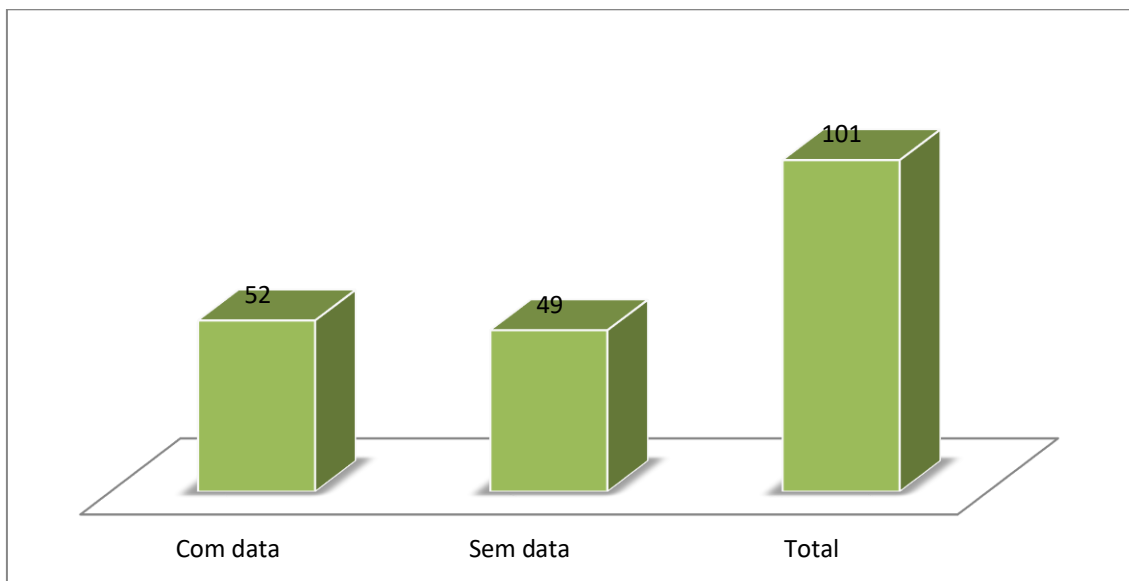
Houve também duas manifestações que foram colocadas como sem informação, por serem entendidas como fora do contexto da L.D.B. Temos como exemplo uma manifestação ao conselho regional de nutrição, inclusive com carimbo da câmara sobre qual o projeto de lei era para ser enviado, e não era o da L.D.B.

Foram poucas manifestações em relação à escola pública e escola privada. A única manifestação sobre escola pública se dá através de um fórum. Já na escola privada, um sindicato patronal é autor da manifestação.

4.4 Instituições e cidadãos

No capítulo pretendo abordar o total das manifestações e a relação entre as instituições e os cidadãos que se manifestaram. Para contribuir com a discussão apresento uma tabela com total das manifestações:

Gráfico 4. Quantidade de manifestações

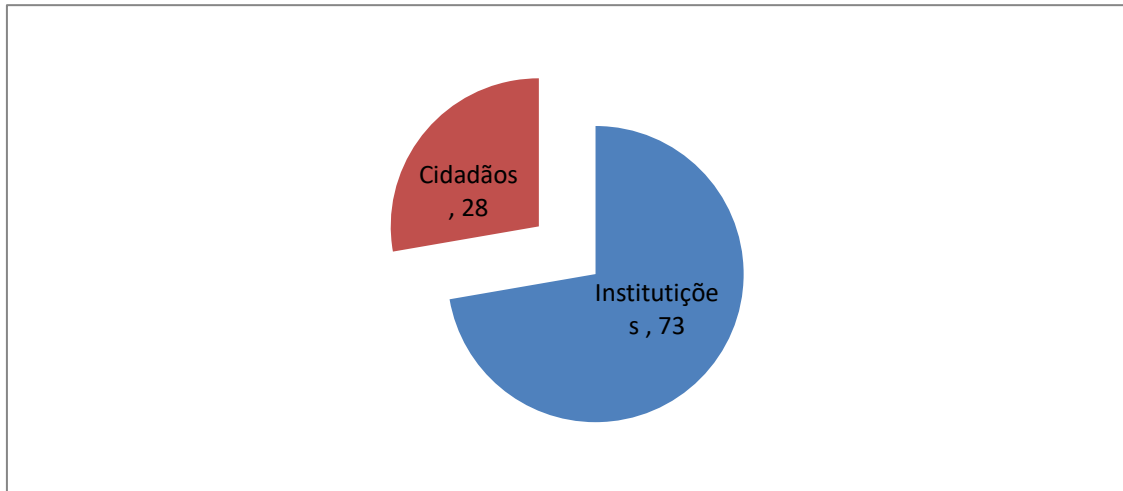


Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela nota-se uma enorme quantidade de manifestações sem data. Isso se deve ao telegrama fonado não ter nos seus escritos nada em relação à data; quando possuía uma data era do carimbo da câmara. Isso afetou muito a pesquisa, pois discutiremos as datas dos envios somente com metade das manifestações. Com um total de 101 manifestações, podemos perceber uma falta de interesse na pauta, apesar de extrema importância para a educação nacional, Somente pessoas e ou instituições ligadas à área que participaram ativamente da discussão. O momento da redemocratização deveria ser um potencializador da participação, mas nessa pesquisa se observa que não houve grandes manifestações, o número total é consideravelmente pequeno.

Agora iremos analisar a relação entre instituição e cidadão, perante esse total de manifestações, comecemos pelo gráfico:

Gráfico 5. Instituições e Cidadãos

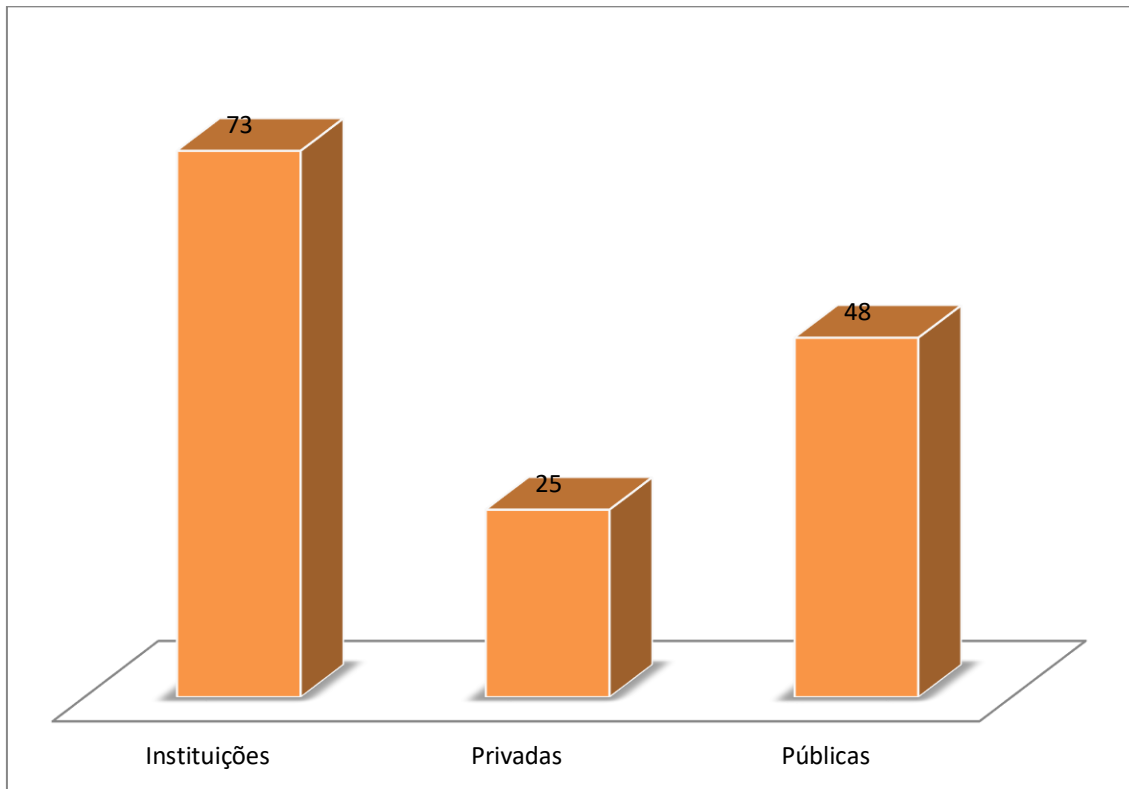


Fonte: Elaborado pelo autor.

Instituições somam o total de 73 e os cidadãos 28 manifestações enviadas à câmara dos deputados. Nota-se uma maior participação dos cidadãos através das instituições, o momento político do Brasil leva o cidadão a participar das entidades, como os partidos, movimentos sociais, sindicatos etc. A instituição é feita por pessoas, então a prática democrática não se torna abstrata. Como exemplo pode trazer os fóruns em prol da escola pública que foram realizados, inclusive antes da lei ser promulgada. Eles trazer um grande conjunto de pessoas participando do evento e levando suas demandas à câmara. As 28 manifestações oriundas de cidadãos tem certa controversa, ao analisar o documento enviado pela câmara para a pesquisa, se percebe a mesma escrita em telegramas dos cidadãos, 90 % deles eram a favor do ensino de artes em todos os níveis de ensino na L.D.B. No processo de catalogação das manifestações foi achado um documento (ver anexo A) dos Arte-educação de São Paulo. Trata-se de um panfleto com orientações para enviar um telegrama para o seu deputado, afim de se manifestar a favor do ensino de artes em todos os níveis; e o escrito é o mesmo na maioria das manifestações dos cidadãos. Claro, a participação dos cidadãos é fundamental para sua prática democrática, mas esse documento traz uma reflexão para a pesquisa. Se a maioria da participação dos cidadãos foi orientada por uma instituição, pode-se concluir que no Brasil o ativismo democrático é predominante nas instituições. O cidadão, ao ter uma consciência democrática, busca uma instituição para a sua militância, trazendo consigo uma idéia do coletivo de pessoas ser um ativismo democrático de maior importância

do que o individualismo. Nesse momento de redemocratização do país, a entidade tem muita importância, principalmente entidades públicas, como iremos analisar no próximo gráfico.

Gráfico 6. Instituições Públicas e Privadas

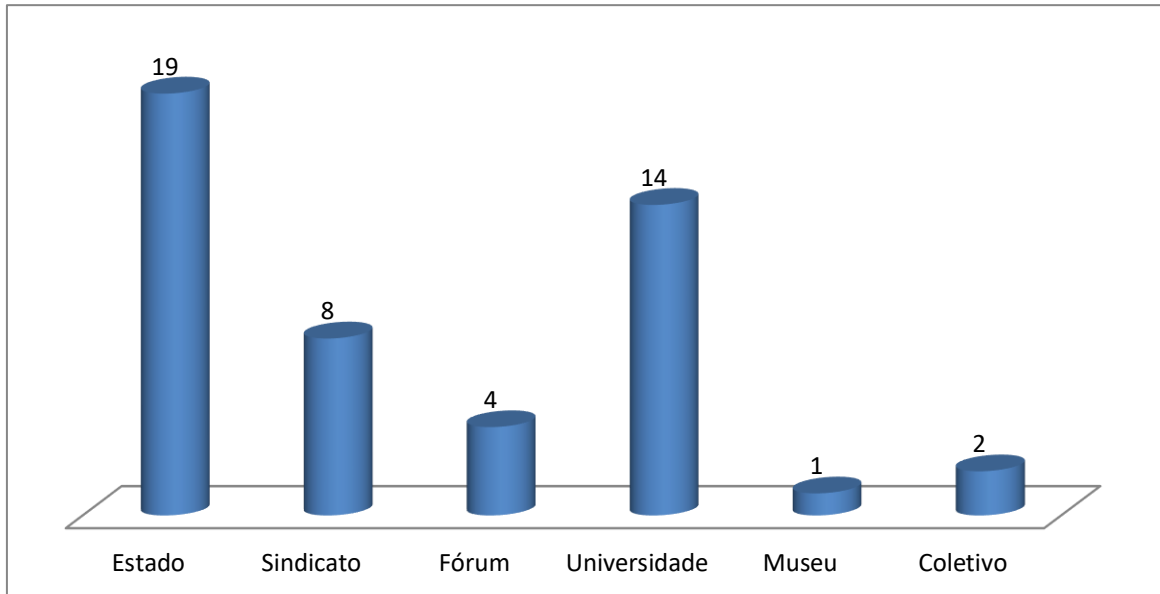


Fonte: Elaborado pelo autor.

Das 73 instituições encontradas nas manifestações, mais da metade é pública. A predominância pode ser observada no gráfico. Uma hipótese é de que devido ao fato das instituições públicas terem fácil acesso entre si, se tem uma maior predominância nas correspondências.

Irei analisar as 48 instituições públicas agora, segue o gráfico para entendimento:

Gráfico 7. Instituições Públicas



Fonte: Elaborado pelo autor.

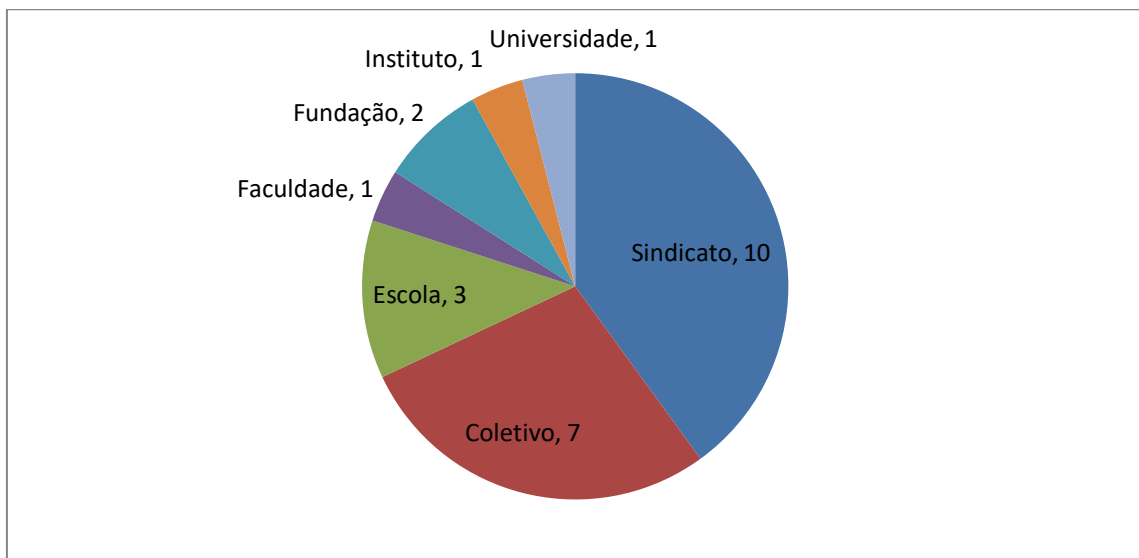
A denominação de Estado se dá por instituições como câmara municipal das cidades, assembleias legislativas dos Estados etc. Existe destaque para o Estado e universidade. Com 18 manifestações o Estado mostra que a participação nesse caso não envolveria um cidadão, pelo menos não diretamente, visto que para o legislador estar ocupando esse cargo, algum cidadão votou nele na respectiva esfera pública. A ligação normal entre entidades legislativas é evidente, não é predominante a participação do executivo nas manifestações. No destaque da universidade, se pode incluir a contradição. Como um órgão que essencialmente não é democrático pode ter tanta representativa democrática? A universidade era porta-voz dos grandes desafios sociais que o país vivia, com a ajuda dela, focando no tripé universitário seria possível uma universidade participativa, mas o exemplo precisa vir da própria, buscando dentro do seu âmbito uma mudança interna, com a de expandir a prática democrática. Para o incentivo da prática é necessário uma mudança na estrutura interna, pois a mesma não busca a participação, pelo contrário, traz consigo um espírito de exclusão. A maior participação dentro das universidades ocorreu nas três Estaduais paulistas, UNESP, USP e UNICAMP.

Uma observação importante de se destacar é a falta de uma única manifestação de uma escola pública. O tema é fundamental para o avanço da nossa educação, mas no processo de desenvolvimento da lei nenhuma escola se manifesta, ao contrário do que acontece nas

manifestações privadas. A falta de infra-estrutura contribui para a não participação de nenhuma escola. Os anos de baixo investimento em educação refletem na participação, ou no caso, na falta dela. A escola é um dos temas centrais na discussão da L.D.B, com a construção de vários Fóruns em prol da escola pública, mas sem a participação efetiva de uma escola pública. Seu currículo é discutido, suas orientações são construídas, mas sua participação não é efetiva.

Para concluir, iremos discutir as instituições privadas, segue a tabela:

Gráfico 8. Instituições Privadas



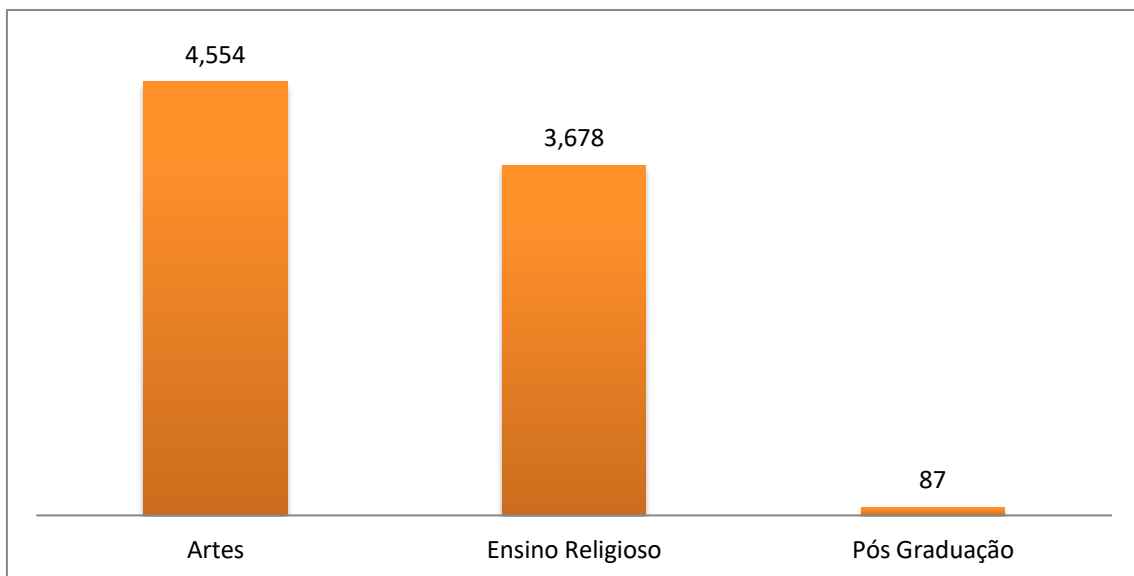
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se uma predominância dos sindicatos e dos coletivos. Por sindicato entendem-se como grande maioria os sindicatos patronais, pois no público também tínhamos sindicatos, mas ligados à categoria de trabalhadores. A escola privada está participando da construção da lei, levando suas demandas e conseguindo grande parte delas.

4.5 Abaixo assinado

Foram ao todo três abaixo-assinados, com três temas diferenciados, ligados a educação artística, ensino religioso e pós-graduação. Foi organizado um gráfico com o número de assinaturas contidas nos abaixo-assinados, segue o gráfico:

Gráfico 9. Abaixo assinado



Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que o ensino de artes foi o principal movimento de mobilização de assinaturas, no caso, com a demanda do ensino de artes em todos os níveis de ensino. A instituição de Arte-educador foi a organizadora do movimento. Depois do protocolo da emenda 520, houve uma mobilização nacional a contra a emenda, a favor da palavra obrigatoriedade. O próprio relator a retirou depois do movimento e inúmeras manifestações contra a emenda, incluindo o abaixo assinado com mais de 5000 assinaturas.

No ensino religioso foi trazida a seguinte demanda, o profissional que der aula de ensino religioso precisa ser pago por quem? Pelo Estado? Ou pela entidade que enviou o professor? O Estado é laico, com isso as entidades bancariam o professor, sendo algo sem ônus para os cofres públicos. Já se por acaso o Estado bancasse, esse seria com ônus aos cofres públicos. O ensino religioso sempre esteve presente nas discussões sobre a educação nacional, claro, principalmente o cristianismo católico “preocupado” com a formação do jovem. Coloco entre aspas a palavra, pois é irônico ela estar preocupada com o jovem, pois na

verdade ela está preocupada com a conservação da sua cultura religiosa. A definição sem ônus para os cofres públicos ficou na redação final da lei em 1996. Em 1997 a lei 9.475, de 22 de Julho altera a redação do art. 33, que tratava justamente do ensino religioso, contribuindo para que o Estado tivesse o ônus para os cofres públicos. Vale ressaltar que o Brasil é um país historicamente religioso, por isso, dentro do Congresso ele está bem representado. Com o abaixo assinado sendo um respaldo da sociedade, foi atendida posteriormente a promulgação da lei, mas foi efetivo para a concretização da pauta.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho traz consigo a temática do direito a democracia. A prática democrática como instrumento de mobilização das entidades e cidadãos. As correspondências analisadas da Lei de diretrizes e bases da educação Brasileira são o pilar do trabalho. A partir de uma análise de conteúdo, foram identificadas todas as correspondências constantes no projeto de lei. Através de uma análise de cinco categorias, pode-se estabelecer uma relação entre as demandas enviadas da sociedade para o congresso e as discussões feitas dentro da câmara dos deputados. As cinco categorias são os tipos de documentos, data, localidade, instituição ou cidadão e conteúdo das mensagens.

No desenvolvimento do trabalho busquei analisar todo o processo da LDB. Foi encontrado nesses arquivos enviados pela câmara centenas de correspondências, a partir delas que o projeto iniciou. Com o foco nas correspondências, cataloguei cada uma, com enfoque nas cinco categorias citadas acima. Em cada análise feita se observa um pouco da história da educação e comunicação no Brasil. O quadro de identificação está em anexo (ver anexo D).

Foi constatado que na categoria de tipos de documentos, os telegramas foram os mais requisitados principalmente entre os cidadãos, enquanto as entidades escolheram outras formas de se manifestar, focando nos ofícios. Na parte da localidade se observa uma maior predominância na região sudeste (ver gráfico 2), principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como se constata na figura 1. A falta de estrutura nas regiões do Brasil influenciou para a maior participação em centros urbanos, aonde a comunicação chegava com maior eficiência.

No que tange o tema das manifestações, foram identificadas 14 temas abordados (ver gráfico 3), com maior predominância do ensino de educação artística. Na identificação das instituições e cidadãos foi constatada maior participação das instituições (ver gráfico 5). Nesse momento de redemocratização do país, a entidade tem muita importância, principalmente as entidades públicas, como se observa no gráfico 6. Por fim, o tema sobre ensinos religiosos e educação artística foi o mais abordados nos abaixo assinados, como pode constatar no gráfico 9.

O trabalho traz reflexões futuras sobre a história da educação, exemplo, como a participação da sociedade civil pode se ampliar? Com novas tecnologias de comunicação, o quanto avançou ou retrocedeu a participação dos cidadãos e entidades ligadas às áreas específicas. Um projeto de lei ao ser promulgado deve ouvir a sociedade civil e

principalmente especialistas científicos e culturais do assunto. Para que haja ampla divulgação do projeto de lei é necessária uma comunicação efetiva entre o Congresso e a sociedade civil. As comunicações foram importantes para a realização do trabalho, como da própria participação democrática dos cidadãos na LDB que contribuíram com suas demandas, buscando exercer sua prática democrática. Uma hipótese do autor é que a ampliação do acesso aos meios de comunicações pode levar o aumento cidadania. A cidadania nessa perspectiva se torna a alma da democracia.

A LDB ganha espaço para novas pesquisas e reflexões com o presente trabalho, a lei completa 22 anos da sua promulgação e nunca é demais enfatizar a importância dela para a educação nacional. Sempre haverá motivos para novas pesquisas na área, pois seu grande acervo documental está disponível de fácil acesso no Congresso nacional e ele precisa da atenção de pesquisadores educacionais.

6. REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 9394/96, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CORREIOS (Brasil). **História postal**. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/historia/historia-postal/#HistoriaPostal>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- FERREIRA, Sueli (Org.). **O ensino das artes: Construindo caminhos**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2001.
- KEYSSAR, Alexander. **O direito de voto: a controversa história da democracia nos Estados Unidos**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- LAVALLE, Adrian Gurza (Org.). **Horizonte da política: Questões emergentes e agendas de pesquisa**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- MOGILKA, Maurício. **O que é educação democrática? : Contribuições para uma questão sempre atual**. Curitiba: Editora UFPR, 2003.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **A LDB E O CONTEXTO NACIONAL: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos - 1988 a 1996**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Editoria Paz e Terra S.a, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

7. ANEXOS

7.1 ANEXO A - Proteste contra o desaparecimento da arte nas escolas. Panfleto.
[entre 1988 e 1996] - ASSOCIAÇÃO ARTE EDUCADORES.


PROTESTE CONTRA O DESAPARECIMENTO DA
ARTE NAS ESCOLAS

Sugestao para telegrama :

PECO APOIO MANUTENCAO OBRIGATORIEDADE ENSINO DE
ARTES ARTIGO 35 LDB AMEACADA PELA EMENDA 520.

Enviar para Dep.Fed. ~~ARACIO BORGES (1988/93)~~ FLORESTAN FERNANDES
CAMARA DOS DEPUTADOS
PRACA DOS TRES PODERES
CEP 70160 BRASILIA - DF

TELEGRAMA POR TELEFONE DISQUE 135



PROTESTE CONTRA O DESAPARECIMENTO DA
ARTE NAS ESCOLAS

Sugestao para telegrama :

PECO APOIO MANUTENCAO OBRIGATORIEDADE ENSINO DE
ARTES ARTIGO 35 LDB AMEACADA PELA EMENDA 520.

Enviar para Dep.Fed. ~~ARACIO BORGES (1988/93)~~ FLORESTAN FERNANDES
CAMARA DOS DEPUTADOS
PRACA DOS TRES PODERES
CEP 70160 BRASILIA - DF

TELEGRAMA POR TELEFONE DISQUE 135



PROTESTE CONTRA O DESAPARECIMENTO DA
ARTE NAS ESCOLAS

Sugestao para telegrama :

PECO APOIO MANUTENCAO OBRIGATORIEDADE ENSINO DE
ARTES ARTIGO 35 LDB AMEACADA PELA EMENDA 520.

Enviar para Dep.Fed. ~~ARACIO BORGES (1988/93)~~ FLORESTAN FERNANDES
CAMARA DOS DEPUTADOS
PRACA DOS TRES PODERES
CEP 70160 BRASILIA - DF

TELEGRAMA POR TELEFONE DISQUE 135



PROTESTE CONTRA O DESAPARECIMENTO DA
ARTE NAS ESCOLAS

Sugestao para telegrama :

PECO APOIO MANUTENCAO OBRIGATORIEDADE ENSINO DE
ARTES ARTIGO 35 LDB AMEACADA PELA EMENDA 520.

Enviar para Dep.Fed. ~~ARACIO BORGES (1988/93)~~ FLORESTAN FERNANDES
CAMARA DOS DEPUTADOS
PRACA DOS TRES PODERES
CEP 70160 BRASILIA - DF

TELEGRAMA POR TELEFONE DISQUE 135



7.2 ANEXO B - Requerimento de abaixo assinado. 1991. ASSOCIAÇÃO ARTE EDUCADORES.

14 / 12 / 91
 São Paulo, 10 de dezembro de 1991



Exmo. Sr.
 Deputado **IBSEN PINHEIRO**
 DD. Presidente da Câmara dos Deputados
EM MROS

Prezado Senhor,

A Associação de Arte-Educadores do Estado de São Paulo (AESP), vem por meio desta formalizar a entrega ao Presidente da Câmara dos Deputados os abaixo-assinados denunciando o caráter obscurantista da emenda 520 do artigo 35 da LDB, que exige as escolas de terem Arte em seu elenco de matérias oferecidas.

Dentre as 4.500 assinaturas, destacamos o apoio dos artistas e intelectuais de São Paulo, encabeçados por Regina Duarte.

Saudações cordiais.

Regina Duarte do Andrade
 SILVIO DWORECKI
 Presidente da AESP

7.3 ANEXO C - Requerimento da emenda 520

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da Emenda nº 520 ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 1258-A/88, que "Fixa diretrizes e bases da Educação Nacional".

J U S T I F I C A Ç Ã O

A emenda visava a correção do texto do art. 35, uma vez que, na redação do substitutivo, a palavra "obrigatório" era desnecessária. O artigo já define o ensino de artes como "componente curricular", sendo, portanto, implicitamente obrigatório.

Entretanto, a iniciativa deu margem a manifestações das entidades representativas dos arte-educadores que entendem que a exclusão da expressão "obrigatório" poderá gerar interpretações errôneas quando da implantação da lei, através da restrição do ensino de artes a apenas uma série, e não a todas as séries nos diversos níveis da educação básica.

Assim, como forma de reafirmar nossa posição, entendendo o ensino de artes como fundamental na formação da criança e do jovem brasileiro, solicito a retirada da Emenda nº 520.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1991.

Amílcar

7.4. ANEXO D - Quadro 1. Manifestações enviadas ao Congresso nacional sobre a L.D.B. (1989-1996)

Numero/Página/Documento	Tipo de documento	Data	Localidade	Instituição ou pessoa	Informação básica
1/ 281 e 282 – 1	Ofício	05/12/1989	Santarém/ PA	Câmara Municipal de Santarém	Vereadores contra a redução da verba para o SENAI, que seria uma perda de 30% do orçamento.
2/ 612 – 1	Telegrama	S/d	Curitiba/ PR	APEEPR – Associação dos Professores em Espanhol do Paraná	Pedido de urgência no encaminhamento do projeto para a comissão de finanças tributárias.
3/ 613 – 1	Telegrama	S/d	Curitiba/ PR	Cidadã/ Conselho estadual de educação do Paraná	Pedido de urgência no encaminhamento do projeto para a comissão de finanças tributárias
4/ 614 – 1	Telegrama	S/d	Curitiba/ PR	Associação dos professores da universidade federal do Paraná	Pedido de urgência no encaminhamento do projeto para a comissão de finanças tributárias
5/ 621 – 1	Ofício	08/08/1990	Santiago/ RS	Câmara municipal de vereadores de Santiago	Pleiteia o empenho do presidente para a aprovação da LDB, devido a grande relevância do assunto.
6/ 622 – 1	Carta	S/d	São Paulo/ SP	UDEMOM- União de especialistas de educação do magistério oficial	Manifestação aprovada em evento da UDEMOM para adiamento da votação no plenário para maior discussão nas comissões.
7/ 624, 625 e 626 – 1	Ofício	18/09/1990	Diamantina/ MG	Câmara municipal	Representação

				de Diamantina	de uma vereadora para discutir o tema do ensino religioso inclusive proponha uma nova redação ao artigo 50.
8/ 914 – 1	Carta	09/05/1991	Barra mansa/ RJ	Fórum nacional de entidades em defesa da escola pública e da LDB	Proposta de emenda ao artigo 100. A emenda irá guardar o direito aos recursos para os profissionais da educação. O profissional de educação se sente ameaçado caso não seja aprovada a emenda.
9/ 918 – 1	Telegrama	11/05/1991	Pirai/ RJ	Vereadores da câmara municipal de Pirai	Proposta de emenda ao artigo 100. A emenda irá guardar o direito aos recursos para os profissionais da educação. O profissional de educação se sente ameaçado caso não seja aprovada a emenda.
10 / 919 – 1	Telex	23/05/1991	Governador Valadares/ MG	Cidadão/ Presidente da Fundação Percival Farquar	Solicitação de liberação de recursos para o programa de crédito educativo 1º sem de 1991.
11 / 920 e 921 – 1	Carta	14/05/1991	Miracema/ RJ	Professoras aposentadas da prefeitura de Miracema	Proposta de emenda ao artigo 100. A emenda irá guardar o direito aos recursos para os profissionais da educação. O profissional de educação se sente ameaçado caso não seja

					aprovada a emenda.
12 / 922 e 923 - 1	Ofício	22/05/1991	Fortaleza/ CE	Assembleia legislativa de Estado do Ceará	Requerimento solicitando providências no sentido de encaminhamento do processo da lei Sucateamento do ensino público é uma estratégia deliberada do governo Collor Critica a proposta “Nova política do ensino superior”
13/ 924 e 925 – 1	Ofício	11/06/1991	Recife/ PB	UNDIME – União nacional dos dirigentes municipais de educação	Assinaturas de meio milhão de pessoas a favor do projeto de lei (sem documento comprovando)
14/ 932, 933 e 934 – 1	Ofício	25/02/1992	Bauru/ SP	Câmara municipal de Bauru	Manifestação de um vereador para agilidade na tramitação do projeto de lei
15/ 935 – 1	Telegrama	S/d	Pindamonhangaba / SP	Câmara municipal de Pindamonhangaba	Telegrama com manifestação favorável ao ensino de educação artística em todos os níveis escolares.
16/ 936 – 1	Telegrama	S/d	São Luiz/ MA	Cidadã	Telegrama com pedido de apoio na educação artística em todos os níveis escolares.
17/ 937 – 1	Telegrama	S/d	Florianópolis/ SC	Associação de arte – Educadores de Santa Catarina	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
18/ 938 – 1	Telegrama	S/d	Vitória / ES	Escola de musica do Espirito Santo	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
19/ 939 – 1	Telegrama	S/d	Ribeirão Preto/ SP	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis

					escolares.
20/ 940 – 1	Telegrama	27/05/1992	Ribeirão Preto/ SP	Cidadão	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
21/ 942 – 1	Telegrama	S/d	Florianópolis/ SC	UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
22/ 943 – 1	Telex	26/05/1992	Vitória/ ES	UFE – Universidade Federal do Espírito Santo	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
23/ 944 – 1	Telegrama	S/d	São Paulo / SP	Cidadã – Professora de educação artística	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
24/ 945 – 1	Telegrama	S/d	São Paulo/ SP	Deputado	Necessidade de votação
25/ 946 – 1	Telegrama	S/d	Santo André/ SP	Cidadão	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
26/ 947 – 1	Telegrama	S/d	São Paulo/ SP	Instituto de Artes UNESP	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
27/ 948 – 1	Telegrama	S/d	São Paulo/ SP	Instituto de Artes UNESP	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
28/ 949 – 1	Telegrama	S/d	São Paulo/ SP	Departamento de Música do Instituto de artes UNESP	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
29/ 950 – 1	Telegrama	S/d	São Paulo/ SP	Departamento de Educação do Instituto de artes UNESP	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
30/ 951 – 1	Telegrama	S/d	Ijuí/ RS	FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado/ DCE	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
31/ 952 – 1	Telegrama	S/d	Bauru/ SP	Coordenação nutrição	Sem informação
32/ 953 – 1	Telegrama	S/d	Vitória/ ES	Instituto de idiomas Yazigi	Telegrama a favor do ensino de artes em

					todos os níveis escolares.
33/954 – 1	Telegrama	S/d	Vitória/ ES	Cidadão	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
34/955 – 1	Telegrama	27/05/1992	Recife/ PB	Forum Estadual em defesa da escola pública na L.D.B	Empenho do Congresso para votação imediata da L.D.B. Defendendo os ideais de escola pública gratuita de qualidade, gestão democrática, autonomia universitária e exclusividade aplicação do salário educação nas escolas públicas.
35/ 957 – 1	Telegrama	S/d	Campo Grande/ MS	Cenpot em arte educação do laboratório de currículo do município	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
36/ 958 – 1	Telegrama	S/d	Cajuru/ SP	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
37/ 959 – 1	Telegrama	S/d	Brasília/ DF	Faculdade de artes Dulcina de Moraes	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
38/ 960 – 1	Telegrama	S/d	Londrina/ PR	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
39/ 961 – 1	Telegrama	S/d	Cajuru/ SP	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
40/ 962 – 1	Telegrama	S/d	Criciúma/ SC	Curso de educação artística – FUCRI – Fundação educacional de Criciúma	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
41/ 963 – 1	Telegrama	S/d	Londrina/ PR	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.

42/ 964 - 1	Telegrama	S/d	Uberlândia/ MG	Cidadão	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
43/ 965 – 1	Telegrama	S/d	São Paulo/ SP	Associação de arte educadores do Estado de São Paulo	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
44/ 966 – 1	Telegrama	S/d	Ribeirão Preto/ SP	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
45/ 967 – 1	Telegrama	S/d	Uberlândia/ MG	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
46/968 – 1	Telegrama	S/d	Aracaju/ SE	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
47/ 969 – 1	Telegrama	S/d	Florianópolis/ SC	UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
48/ 970 – 1	Telegrama	S/d	Natal/ RN	Sindicato dos trabalhadores em educação do RN	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
49/ 971 – 1	Telegrama	S/d	Florianópolis/ SC	Associação de arte educadores de Santa Catarina	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
50/ 972 – 1	Telegrama	S/d	Londrina / PR	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
51/ 973 – 1	Telegrama	S/d	Natal/ RN	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
52/ 974 – 1	Telex	06/06/1992	Florianópolis/ SC	Assembléia legislativa do Estado de Santa Catarina	Aprovação da emenda 56-8 para a LDB Aprovação da LDB no texto original.
53/ 975 – 1	Telegrama	S/d	Ribeirão Preto/ SP	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis

					escolares.
54/ 976 – 1	Telegrama	S/d	Ijuí/ RS	Departamento de letras e artes – UNIJUI	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
55/ 977 – 1	Telegrama	S/d	Ribeirão Preto/ SP	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
56/ 978 – 1	Telegrama	S/d	Aracaju/ SE	Cidadã	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
57/ 979 – 1	Telegrama	S/d	Belo Horizonte/ MG	Escola artes plástica e música da fundação mineira arte Aleijadinho	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
58/ 980 – 1	Telex	19/05/1992	Natal/ RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Fax a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
59/ 981 – 1	Telegrama	S/d	Aracaju/ SE	Assembléia legislativa do Estado de Sergipe	Telegrama a favor do ensino de artes em todos os níveis escolares.
60/ 982, 983 e 984 – 1	Ofício	21/06/1992	São Paulo/ SP	ECA – Escola de comunicação e artes USP	Moção aprovado no 1 Congresso sobre o ensino de artes nas universidades
61/ 985 – 1	Carta	S/d	São Paulo/ SP	MAC – Museu de arte contemporânea da USP	Sem informação
62/ 986 e 987 – 1	Carta	24/06/1992	Niterói/ RJ	Câmara municipal de Niterói	Urgência para apreciação da LDB
63/ 989 – 1	Carta	19/05/1992	Porto Alegre/ RS	ADUFRGS – SS	Urgência da votação na comissão da câmara
64/ 991 – 1	Ofício	19/05/1992	Campinas/ SP	Sindicato dos professores de Campinas	Urgência da votação na comissão da câmara
65/ 993 – 1	Ofício	20/05/1992	São Paulo/ SP	Deputado Estadual	Urgência da votação na comissão da câmara
66/ 994 – 1	Ofício	29/05/1992	Pato Branco/ PR	Câmara municipal de Pato Branco	Urgência da votação na comissão da câmara

67/ 995 – 1	Ofício	06/05/1992	Campinas/ SP	Câmara municipal de Campinas	Moção da bancada do PT/ Urgência na votação da L.D.B
68/ 996, 997 e 998 – 1	Ofício	30/06/1992	Manaus/ AM	Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas	Moção do Forum da assembléia legislativa de Amazonas Urgência na tramitação nas comissões do congresso Deputados do Amazonas promovam articulações visando a votação do projeto no próximo semestre
69/ 1003, 1004 e 1005 – 1	Ofício	19/04/1993	Brasília/ DF	Deputado Federal – Osmanio Pereira/ MG	Documento das Associações Ecumênicas de Ensino Religioso dos Estados Grandes debates sobre o art. 50 nos últimos 4 anos A aplicação do inciso III pode levar a quatro conseqüências A uma discriminação do professor de ensino religioso Ausência do compromisso do Estado com a educação integral para uma nova prática democrática Seria desrespeitar a sociedade brasileira devido a numero de assinaturas no abaixo assinado Uma abertura do proselitismo na escola através de

					grupos de maior poder econômico
70/ 1007 – 1	Ofício	12/04/1993	Niterói/ RJ	União dos professores públicos do Estado – SIDICATO	Importância de união para aprovação da L.D.B
71/ 1008 – 1	Telex	23/04/1993	Governador Valadares/ MG	Reitoria da UNIVALE	Importância da continuidade da escola privada no Brasil
72/ 1009 – 1	Telegrama	25/04/1993	Rio de Janeiro/ RJ	Universidade Santa Ursula – Marta	Apoio ao projeto de lei do senador Darcy Ribeiro
73/ 1010 – 1	Telegrama	25/04/1993	Rio de Janeiro/ RJ	Associação Universitária Santa Ursula - Marta	Apoio ao projeto de lei do senador Darcy Ribeiro
74/ 1010 – 1	Telegrama	25/04/1988	Rio de Janeiro/ RJ	Colégio Santa Ursula – Marta	Apoio ao projeto de lei do senador Darcy Ribeiro
75/ 1012 – 1	Ofício	23/04/1993	Recife- PB	Sindicato dos trabalhadores da educação de Pernambuco	Ofício conta sobre alguns atos feitos pelos trabalhadores. Relata a ausência dos deputados de Pernambuco. Pedido de aprovação da L.D.B
76/ 423 – 2	Ofício	02/04/1993	Lima – PERU	Sindicato dos trabalhadores da educação do Peru	Em Español A entidade que é ligada aos direitos humanos, solicita que a LDB que já está em tramite a 4 anos, seja aprovada, para que a tenha a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.
77/ 424, 426 – 2	Ofício	25/03/1993	Porto Alegre – RS	Câmara Municipal de Porto Alegre/ Maria do Rosário, Vereadora	Solidariedade aos deputados que tentam acelerar o processo, pois é de uma urgência que a lei seja aprovada

78/ 425 – 2	Ofício	10/05/1993	São Paulo - SP	Sindicato dos Arquitetos de São Paulo	Manifestação a rejeição do art.52/caput VIII/Ensino Superior, que trata sobre exames após graduação.
79/ 427, 428 e 429 – 2	Carta	27/04/1993	Itapetininga – SP	Câmara municipal de Itapetininga	Requerimentos de vereadores solicitando a urgência na votação da LDB devido à importância do tema para a educação nacional.
80 / 2, 3, 4 e 5 – 4	Carta	29/10/1991	São Paulo – SP	Secretaria de Estado da Educação – SP	<p>Empenho para a aprovação do projeto de lei LDB</p> <p>Focar nos interesses dos profissionais da educação e não de outros setores</p> <p>Pela definição de um sistema nacional de educação</p> <p>Relação de emendas que devem ser rejeitadas</p> <p>Relação de emendas que deverão ser aprovadas</p> <p>Conteúdo das emendas rejeita e aprovada</p>
81/ 7 – 4	Ofício	22/08/1991	Belo Horizonte –	Confederação	Crítica a

			MG	Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino - CONTEE	<p>“manobra” do Governo</p> <p>Duas questões fundamentais que a “manobra” acaba com o novo projeto, o sistema de ensino da união e o Conselho nacional de educação</p> <p>cinco artigos a serem reconsiderados</p> <p>Critica da entidade para o substitutivo apresentado no Congresso</p>
82/ 8 – 4	Ofício	23/10/1991	Campo Grande - MS	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE	<p>Quer o resgate do projeto de lei da LDB</p> <p>Reconhece que o projeto atende várias expectativas da população Brasileira, e elenca várias delas.</p>
83/ 10, 11 e 12 – 4	Ofício	22/05/1991	São Paulo – SP	Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP	Exige um calendário adequado as especificidades regionais e ensino superior para todos os professores, mas incluindo o Magistério
84/ 13 – 4	Telegrama	18/11/1991	Natal – RN	Associação Nordestina de Artes Educadores	Permanência do artigo 35 para votação

85/14 – 4	Telex	03/10/1991	Rio de Janeiro – RJ	Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino	Apóia a resolução 01 de 04/05/1989 do conselho federal de educação, sobre que todas as Instituições de ensino superior com curso de medicina tivessem seu hospital próprio para atender o alunado e comunidade local Sugeri para essa resolução ser incorporada integralmente na L.D.B
86/ 16 – 4	Telegrama	S/d	Recife – PB	ANARTE – Associação Nordestina de Arte Educação	Apoio ao artigo 35, ensino de artes em todos os níveis de ensino, gerando grande significado a educação brasileira
87/ 17 e 18 – 4	Aerograma	02/09/1991	Guarujá – SP	Cidadã	Inclusão dos inativos e pensionistas da educação nas despesas, através da emendas 1176, 1177 e 1179
88/ 19 e 20 – 4	Aerograma	02/09/1991	Guarujá – SP	Cidadã	Inclusão dos inativos e pensionistas da educação nas despesas, através da emendas 1176, 1177 e 1179
89/ 21 e 22 - 4	Aerograma	S/d	Guarujá – SP	Cidadã	Inclusão dos

					inativos e pensionistas da educação nas despesas, através da emendas 1176, 1177 e 1179
90/ 23 e 24 – 4	Aerograma	02/09/1991	Guarujá – SP	Cidadã	Inclusão dos inativos e pensionistas da educação nas despesas, através da emendas 1176, 1177 e 1179
91/ 25 e 26 – 4	Aerograma	03/09/1991	Guarujá – SP	Cidadã	Inclusão dos inativos e pensionistas da educação nas despesas, através da emendas 1176, 1177 e 1179
92/ 86 * 377, 383 * 403 – 4	Ofício	10/12/1991	São Paulo – SP	Associação de Arte-Educadores do Estado de São Paulo – AESP	Entrega de abaixo assinado com 4.500 assinaturas denunciando a emenda 520 para o artigo 35, que tira a palavra obrigatória do ensino de artes em todos os níveis
93/ 378 e 379 – 4	Telegrama	S/d	São Paulo – SP	Associação de Arte-Educadores do Estado de São Paulo – AESP	Apoio pela manutenção do artigo 35 sobre ensino de artes, enviado a todos os líderes dos partidos na câmara
94/ 380 – 4	Abaixo assinado	S/d	São Paulo – SP	Sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São	Pela manutenção da obrigatoriedade do ensino de

				Paulo – APEOESP	Artes. Art. 35, pela emenda 520
95/ 381 – 4	Artigo de Jornal	03/12/1991	Rio de Janeiro - RJ	Jornal do Brasil – Sílvio Dworecki	Denuncia contra a emenda 520
96/ 404, 405, 406 e 407 – 4	Abaixo assinado	04/11/1991	São Paulo – SP	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA USP	Devido o possível corte na disciplina de artes em algumas séries de ensino, se faz necessário afirmar que é indispensável á manutenção do caráter obrigatório
97/ 281 * 443 – 5	Abaixo assinado	12/07/1996	Vitória - ES	Comissão Interconfessional para o Ensino Religioso - CIERES	Pedido de supressão do parágrafo 3º do art. 30 do substitutivo do Senado Tal acréscimo é inconstitucional e deve ser vetado para preservar o ensino religioso 2.970 assinaturas com 311 sem o numero de identidade
98 / 444 * 449 - 5	Ofício	18/07/1996	Brasília - DF	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN	Vê como importante a aprovação do substitutivo do senado, mas espera algumas mudanças em alguns pontos específicos Art. 8º, Inc. I Retirada da expressão “e do sistema de

					<p>ensino” por ser inconstitucional</p> <p>Art. 10, 11 e 12 Inc. IX</p> <p>Supressão de a palavra supervisionar, quanto à escola particular</p> <p>Art. 11 Inc. IV e 12 Inc. V</p> <p>Responsabilidade e do ensino fundamental está atrelada aos Municípios e Estado, é solicitado que se tenha uma definição do ciclo do qual estará vinculado cada um</p> <p>Art. 13 Inc IX</p> <p>A escola particular não tem que prestar contas para com seus recursos</p> <p>Art. 19 Inc. II</p> <p>A escola particular que manter todos os níveis de ensino, deverá ser submetidas às normas de sistemas de ensino para todas esferas públicas (Federal, Estadual e Municipal)</p> <p>Art. 23 Inc. I</p> <p>Mudança nas</p>
--	--	--	--	--	---

					<p>horas aula para o ensino no período noturno, sendo impossíveis 4 horas por dia no noturno</p> <p>Art. 24</p> <p>Tirar a expressão “sistema de ensino”</p> <p>Art. 30 CAPUT</p> <p>Acrescentar a expressão “à escola” após a palavra facultativa</p> <p>Art. 31</p> <p>A expressão “em sala de aula” é inadequada pois não abrange todas atividades que disciplinas podem oferecer</p> <p>Art. 47 § 1</p> <p>Retirar as palavras “credenciadas”</p> <p>Art. 65</p> <p>Acrescenta um novo parágrafo para o artigo</p> <p>Art. 86</p> <p>Cortar a expressão “pelas respectivas instituições”</p>
--	--	--	--	--	--

99/ 451, 452 e 453 - 5	Ofício	26/07/1996	Ribeirão Preto – SP	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP	Moção de simpósio da pós-graduação da área médica/biológica Empenho dos congressistas para aprovação da LDB, com uma atenção especial a questão da pós-graduação
100 / 454 * 462 - 5	Abaixo assinado	17/10/1996	Campinas - SP	Faculdade de Engenharia de Alimentos - UNICAMP	Abaixo assinado para rejeitar o Artigo II do artigo 51 de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e o inciso II do Artigo 51 de autoria do Senador Gilvan Borges para preservar os Cursos de Mestrado e Doutorado no país
101/ 463 * 507 – 5	Abaixo assinado	25/11/1996	Vitória – ES	I Congresso de Ensino Religioso Interconfessional	Pretender assegurar o ensino religioso com ônus para os cofres públicos

Fonte: BRASIL (1988-1996)/ Elaborado pelo autor.

Lucas de Oliveira Vestri Pedroso

Prof.Dr. Raquel Fontes Borghi
